



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

HUGO ARRAES ALVES ROCHA

O RURAL E O URBANO: UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA SOCIOESPACIAL DO BAIRRO OPERÁRIO, NA CIDADE DE BOA VISTA-RR.

BOA VISTA, RR

2017

HUGO ARRAES ALVES ROCHA

O RURAL E O URBANO: UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA SOCIOESPACIAL PRESENTE
NO BAIRRO OPERÁRIO, NA CIDADE DE BOA VISTA-RR.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Roraima,
como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em
Geografia: Linha de Pesquisa: Produção do Território
Amazônico.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Bárbara de Magalhães Bethonico.

BOA VISTA, RR

2017

HUGO ARRAES ALVES ROCHA

O RURAL E O URBANO: UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA SOCIOESPACIAL NO
BAIRRO OPERÁRIO, NA CIDADE DE BOA VISTA-RR

Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima. Área de concentração: Produção do Território Amazônico. Defendida em 06 de setembro de 2017 e avaliada pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dra. Maria Bárbara de
Magalhães Bethonico Orientadora - UFRR

Prof. Dr. Rildo Dias da Silva
Membro - UERR

Prof. Dr. Elton Carlos de Oliveira Borges
Membro - UFRR

Prof. Dr. Antônio Tourino de
Resende Veras Membro – UFRR

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras
Suplente - UFRR

AGRADECIMENTOS

Primeiro lugar agradecer a energia cósmica que rege o planeta e suas formas de vida, o que muitos chamam de Deus e que me permite acordar e contemplar mais uma vez a beleza do mundo.

Agradeço aos meus pais que estão longe, mas muito perto no coração. A eles a gratidão de me ter feito o homem que sou de princípios e valores

A minha esposa, minha melhor amiga, minha amante, meu porto sempre seguro, lembro de cada vez que você disse: *e aí tá perto?* A você minha querida um apaixonado agradecimento por sempre estar do meu lado literalmente, pois você também esteve no sol quente junto comigo procurando horta, se terminei devo a você.

Aos meus filhos por sempre estarem brincando fazendo barulho, justamente por isso eu não dormia na frente do computador, vocês são demais.

Aos meus professores e em especial meu mestre e eterno professor, Jackson Antero que se foi, mas sempre estará presente em minhas aulas de campo; você tinha razão Jackson, não podemos ficar parados.

A Dona Arlete a quem considero como minha avó, por todas as vezes que ficou com meus guris para que eu pudesse resolver algo do mestrado. E Alberto Barros, seu filho e meu amigo, sempre prestativo, cuidadoso e acima de tudo do bem.

Ao Bebeto por ter emprestado a moto para as entrevistas e observações no bairro

Ao Colegiado da UFRR e em especial a professora Luíza Câmara. A todos os professores do programa do mestrado.

A professora Gersa Mourão. Ao professor Artur Rosa que, também, me ajudou quando precisei e aos colegas de curso

Por último e não menos importante ao anjo que apareceu no momento em que eu mais precisava, um anjo exigente demais é verdade, mas acima de tudo uma profissional que não só entende o que significa a palavra orientar como também executa, a Senhora Professora Maria Bárbara; ofereço cada página e vírgula, cada letra digitada, se eu consegui foi porque em uma tarde como qualquer outra a senhora me disse —eu acredito que você conseguel e, a partir daí, voltei a acreditar em mim mesmo e prometi que faria o melhor possível pra estar a sua altura. Obrigado.

Se as coisas nos reduzem simplesmente a nada, do nada simplesmente temos que partir.
“João Bosco”

RESUMO

Esta dissertação se constitui em uma análise a respeito da relação entre o rural e o urbano no município de Boa Vista, capital do estado de Roraima. O estudo busca refletir sobre a transformação socioespacial em curso desde a formação da cidade, até a configuração atual em bairros que se organizaram, a partir de iniciativas e/ou eventos históricos, possibilitando, a ocupação, principalmente da zona oeste da cidade. Entre esses bairros se encontra o Operário marcado por uma configuração socioespacial diferenciada em relação aos bairros vizinhos. O Operário se estrutura de acordo com a produção voltada a agricultura familiar, onde a cidade é a maior consumidora desses produtos, existe portanto uma relação entre bairro e cidade que se estende ao longo dos anos, é marcado ainda por terrenos de dimensões maiores que os ditos terrenos urbanos, se diferenciando ainda, em relação ao imposto sobre propriedade bem como sobre a energia rural no lugar da urbana. Os elementos urbanos já fazem parte do dia a dia da população influenciando tanto na produção quanto no modo de vida das pessoas. Assim sendo, o objetivo desta pesquisa é analisar a relação entre o rural e o urbano no bairro Operário a partir da inserção de elementos urbanos e das novas configurações presentes no próprio bairro. Para alcançar o objetivo proposto, definimos como objetivos específicos: a) compreender o processo rural urbano dentro de uma perspectiva nacional, regional e local; b) identificar a dinâmica socioespacial presente no bairro Operário e as mudanças inerentes ao processo de expansão urbana e sua relação com o rural; c) entender o processo de uso e ocupação no bairro Operário em relação à Boa Vista-RR. A dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro faz uma discussão entre os conceitos de rural e urbano, buscando nas publicações já existentes uma base teórica que pudesse embasar a discussão e análise dos dados. O segundo capítulo busca entender o processo de transformação que aconteceu, e continua acontecendo no bairro Operário, identificando ainda, quais são os elementos urbanos inseridos e de que forma eles se relacionam com a população local e com os próprios elementos rurais presentes na vida dos moradores. No terceiro capítulo, procura-se entender como a população do bairro está organizada e como ela se relaciona com a cidade de Boa Vista, percebendo ainda, de que forma a população do bairro se mobiliza frente as mudanças que ocorrem. A última etapa consistiu na sistematização e análise dos dados (tabelas, quadro, fotos e mapas). Foi realizada a elaboração dos mapas e imagens da localização da área de estudo, uso do solo, de zoneamento em três áreas, e outro mostrando os traçados das ruas.

Palavras-Chave: Rural. Urbano. Dinâmica Socioespacial. Agricultura familiar.

RESUMEN

Esta tesis se constituye en un análisis acerca de la relación entre lo rural y lo urbano en el municipio de Boa Vista, capital del estado de Roraima. El estudio busca reflexionar sobre la transformación socioespacial en curso desde la formación de la ciudad hasta la configuración actual, en barrios que se organizaron, a partir de iniciativas y / o eventos históricos, posibilitando, la ocupación, principalmente de la zona oeste de la ciudad. Entre estos barrios se encuentra el Operario marcado por una configuración socioespacial diferenciada en relación a los barrios vecinos. El Operario se estructura de acuerdo con la producción volcada a la agricultura familiar, donde la ciudad es la mayor consumidora de esos productos, existe por lo tanto una relación entre barrio y ciudad que se extiende a lo largo de los años, está marcado por terrenos de dimensiones mayores que los en particular, en relación con el impuesto sobre la propiedad así como sobre la energía rural en el lugar de la urbana. Los elementos urbanos ya forman parte del día a día de la población influenciando tanto en la producción y en el modo de vida de las personas. Así, el objetivo de esta investigación es analizar la relación entre lo rural y lo urbano en el barrio Obrero a partir de la inserción de elementos urbanos y de las nuevas configuraciones presentes en el propio barrio. Para alcanzar el objetivo propuesto, definimos como objetivos específicos: a) comprender el proceso rural urbano dentro de una perspectiva nacional, regional y local; b) identificar la dinámica socioespacial presente en el barrio Obrero y los cambios inherentes al proceso de expansión urbana y su relación con el rural; c) entender el proceso de uso y ocupación en el barrio Obrero en relación a la Buena Vista-RR. La disertación está organizada en cuatro capítulos. El primero hace una discusión entre los conceptos de rural y urbano, buscando en las publicaciones ya existentes una base teórica que pudiera basar la discusión y análisis de los datos. El segundo capítulo busca entender el proceso de transformación que ocurrió, y continúa sucediendo en el barrio Obrero, identificando aún, cuáles son los elementos urbanos insertados y de qué forma se relacionan con la población local y con los propios elementos rurales presentes en la vida de los habitantes . En el tercer capítulo, se busca entender cómo la población del barrio está organizada y cómo se relaciona con la ciudad de Boa Vista, percibiendo aún, de qué forma la población del barrio se moviliza frente a los cambios que ocurren. La última etapa consistió en la sistematización y análisis de los datos (tablas, cuadro, fotos y mapas). Se realizó la elaboración de los mapas e imágenes de la ubicación del área de estudio, uso del suelo, de zonificación en tres áreas, y otro mostrando los trazados de las calles

Palavras chave: Palabras clave: Rural. Urbano. Dinámica Socioespacial. Agricultura familiar.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mapa de localização da pesquisa	13
Figura 2 População rural e urbana do mundo.....	25
Figura 3A Imagem do traçado das primeiras ruas de Boa Vista.....	37
Figura 3B Foto aérea de Boa Vista do Rio Branco.....	38
Figura 4 Imagem do traçado concêntrico da cidade de Boa Vista	39
Figura 5 Mapa de caracterização socioespacial por regiões.....	44
Figura 6 Conta de energia residencial do bairro Operário.....	46
Figura 7 Sede da associação dos produtores rurais.....	53
Figura 8A Foto aérea de Boa vista em 1922.....	54
Figura 8B Foto aérea de Boa Vista em 1970.....	54
Figura 9 Distribuição dos bairros e do centro da cidade na atualidade.....	55
Figura 10 Imagem de satélite do bairro Operário.....	55
Figura 11 Divisão socioespacial do bairro Operário	56
Figura 12 Uso do espaço no bairro Operário.....	58
Figura 13 Rua alagada na OP. XX.....	59
Figura 14A Horta na OP. XIX.....	60
Figura 14B Horta na OP X.....	60
Figura 15 Casa em frente a marmoraria.....	61
Figura 16 Lagoa de destino dos resíduos da marmoraria.....	62
Figura 17 Canal de destino dos resíduos da marmoraria na OP. 20	62
Figura 18 Ferro velho na OP. IX.....	63
Figura 19 Campo de futebol	63
Figura 20A hortas na OP XIX.....	64
Figura 20B horta na OP XIX.....	64
Figura 21 unidade do SENAC na AV Félix Correa.....	65
Figura 22 Comércio fechado na AV. Bento Gonçalves	66
Figura 23A Creche fechada na AV. General Bento Gonçalves	66
Figura 23B Empresa fechada na AV. Bento Gonçalves.....	66
Figura 24 Empresa aberta na AV. Bento Gonçalves.....	67
Figura 25 Quadro explicativo da organização socioespacial do bairro.....	67
Figura 26 Bairro Operário	80
Figura 27 Feira na Ataíde Teive.....	82

Figura 28A Loteamento na AV. Bento Gonçalves	84
Figura 28B Chácara a venda.....	84

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	11
1.1.	ÁREA DE PESQUISA	13
1.2.	MATERIAIS E MÉTODOS	14
1.2.1.	Entrevistas	15
2.	RURAL E URBANO: CONCEITOS E PROCESSOS	17
2.1.	O FENOMENO URBANO E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO	22
2.2.	ESPAÇO RURAL E RURALIDADE.....	28
2.3.	AGRICULTURA FAMILIAR	32
3.	FORMAÇÃO ESPACIAL DE BOA VISTA E DO BAIRRO OPERÁRIO	35
3.1.	ORGANIZAÇÃO RURAL E URBANO NO BAIRRO OPERÁRIO	45
3.2.	O BAIRRO OPERÁRIO: A NOÇÃO DE LUGAR.....	50
3.3.	USO E OCUPAÇÃO DO BAIRRO OPERÁRIO	54
4.	DINÂMICA SOCIOESPACIAL NO BAIRRO OPERÁRIO: RELAÇÕES, CONTRADIÇÕES ATUAIS ENTRE O RURAL E O URBANO	69
4.1.	RELAÇÕES ENTRE O RURAL E O URBANO EM ÁREAS PERIFÉRICAS	72
4.2.	O BAIRRO OPERÁRIO ATUAL.....	79
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
	REFERÊNCIA	88
	ANEXO	92

1. INTRODUÇÃO

As primeiras interpretações sobre o rural e o urbano aconteceram principalmente durante o século XX em países como os EUA, colocando tais espaços como opostos, ideia defendida por diversos estudiosos da época. Um dos elementos que vem a iniciar um processo de mudança na percepção dessa relação, são publicações como a de Sorokin e Zimmermann (1930), na obra diferenças fundamentais entre o rural e o urbano, onde o autor buscou classificar os espaços dentro do ponto de vista de um continuum, as definições do autor sobre o que era rural e urbano atendiam a diversas diferenças entre os mesmos, tais como tamanho das propriedades e da população, bem como o grau de mobilidade presente. Redfield, por sua vez reforçou as ideias tradicionais ao afirmar que os espaços urbanos iriam deixar de existir devido à expansão urbana, segundo Sorokin, esse processo significaria ainda a perda da cultura e do modo de vida dos habitantes locais. Mesmo com a chegada em 1960 das influências marxistas com uma clara preocupação com as desigualdades, o estudo da relação de certa forma se perdeu entre concepções economicistas até meados de 1970. Atualmente observa-se que essa previsão, de desaparecimento não se concretizou na proporção em foi colocada na época, cada lugar apresentaria uma dinâmica particular assentada sobre aspectos econômicos, políticos e culturais e mesmo com o esvaziamento das áreas rurais e implementação de um modelo produtivo diferente do tradicional, muitas áreas permaneceram rurais, evidenciando uma dinâmica muito mais complexa em relação a esse processo.

As cidades que cresceram principalmente com o advento da industrialização, absorvendo muitas áreas antes consideradas rurais, deram início também a um processo caracterizado pela expansão urbana, que ultrapassou os limites da própria cidade e alcançou através de seus elementos (tv, água encanada, energia, pavimentação, posto de saúde.....) muitas áreas consideradas distantes e isoladas. Ao mesmo tempo surgem na cidade espaços diferenciados em relação à forma tradicional de produção urbana, esses espaços apesar de conterem elementos urbanos, conseguem manter uma configuração socioespacial marcada pelos aspectos rurais, se torna um espaço, onde urbano e rural se misturam possibilitando novas formas de habitar e produzir.

Boa vista, capital do estado de Roraima, tinha em 2010, 284.313 habitantes, segundo dados do IBGE (2010), onde apresenta uma configuração territorial marcada pela presença de bairros periféricos, principalmente em direção à zona oeste da cidade, fugindo do planejamento concêntrico inicial da década de 1940. São bairros que se diferenciam em seus aspectos socioeconômicos, bem como pelo grau de transformação de seu espaço natural, alguns deles como o Operário que se localiza em uma zona urbana, desenvolvendo atividades em sua maioria consideradas rurais. No caso do bairro Operário, as atividades agrícolas são predominantes através da agricultura familiar presente em boa parte do bairro sob a forma de hortas que produzem com destino ao próprio comércio da cidade. A organização socioespacial e o próprio modo de vida de seus habitantes são diferentes em relação aos bairros vizinhos, já bastante urbanizados.

Este trabalho se justifica na necessidade compreender a dinâmica socioespacial presente no bairro Operário, de que forma a população se organiza frente a inserção de novos elementos, no caso os elementos urbanos. Como morador da cidade senti a necessidade de aprofundar o olhar sobre um espaço diferente em relação aos bairros vizinhos.

A pesquisa é importante também, no sentido de contribuir para as discussões a respeito do rural-urbano e cidade-bairro, além de servir de base para uma definição do espaço pesquisado, de que forma o mesmo pode ser classificado no contexto da realidade marcada, por um processo cada vez maior de interligação entre os espaços rurais e urbanos, refletindo, também sobre surgimento de espaços diferenciados dentro da zona urbana do município, chamados atualmente de espaços rurbanos pela maioria dos pesquisadores. Pode ainda contribuir para a construção de um planejamento municipal que alcance o próprio bairro promovendo uma gradual melhora nas condições de vida dentro do bairro Operário

Durante a pesquisa, foi realizado ainda, pesquisas em órgãos municipais, estaduais e federais no intuito de ter contato com maior número de informações, que pudessem de alguma forma auxiliar e embasar as discussões a respeito da relação rural e urbano.

A pesquisa está estruturada em 4 capítulos, O capítulo 1 busca realizar uma reflexão sobre os conceitos de rural, urbano, rurbano, agricultura familiar, buscando sempre um embasamento em diferentes publicações e definições que possa acompanhar a pesquisa. O segundo capítulo pretende identificar e analisar como os elementos

urbanos foram inseridos no bairro e quais as mudanças inerentes a esse processo. No terceiro capítulo, procura entender como o bairro se relaciona com a cidade, o tipo de produção, dando ênfase as dificuldades relacionadas ao acesso aos serviços básicos para a população. No quarto e último capítulo, entender as mudanças do ponto de vista dos moradores, os resultados obtidos nos questionários, bem como a elaboração de mapas, fizeram parte desta etapa de construção. Por último as considerações finais que buscou não encerrar o assunto, e sim contribuir para futuras pesquisas, tentando levantar novos questionamentos e reflexões sobre a relação rural urbano no bairro Operário.

1.1 ÁREA DE PESQUISA – LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS

O bairro Operário, está localizado a oeste do centro da cidade de Boa Vista, se constituindo em uma zona de transição entre urbano e o rural. Faz limite com os bairros Doutor Airton Rocha (SW), Nova Cidade, Bela Vista e Raiar do Sol (E), Senador Hélio Campos, Santa Luzia, Pintelândia e Dr. Sílvio Botelho (N-NE) (Figura 1). Tem como referência física os igarapés Paca e Wai-Grande que faz o limite com os bairros localizados a norte-nordeste. Esses igarapés e algumas lagoas formam o corpo hídrico da região. As principais vias de acesso ao Operário ocorrem pela Av. Nazaré Filgueiras, no bairro Nova Cidade e pelo bairro Raiar do Sol, até a Av. Felix Correia.

Figura 1: Mapa de localização da área da pesquisa



Fonte:ROCHA, (2017)

1.2.MATERIAIS E MÉTODOS

O desenvolvimento da pesquisa ocorreu em várias etapas. A primeira foi caracterizada pela análise prévia do espaço que seria estudado, fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa; a ideia inicial era estudar um bairro e sua relação com a cidade mas, ao observar uma imagem de satélite, foi possível perceber diferenciações em relação à organização urbana da cidade e dos bairros vizinhos ao Operário. O mesmo se apresenta com uma grande área verde, além de terrenos bem maiores que os terrenos considerados urbanos; a partir daí optou-se por uma visita preliminar no sentido de conhecer sua atual organização socioespacial. Logo após, iniciou-se o levantamento de dados na internet buscando publicações que pudessem nortear o trabalho. Este levantamento inicial possibilitou a constatação de que se tratava de um bairro urbano que desenvolve uma atividade predominantemente rural, no caso as hortas que destinam sua produção para os comércios e feiras da cidade.

A segunda etapa foi caracterizada pela elaboração do referencial teórico além do levantamento de dados secundários junto aos órgãos públicos; no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE foi possível adquirir diversas informações sobre o bairro, como população, mapa de localização; no Instituto de Terras e Colonização de Roraima/ITERAIMA, algumas informações sobre a situação do bairro, considerado pelo órgão como rural, mesmo estando dentro do perímetro urbano da cidade. Por fim, na Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima/SEPLAN, onde foi disponibilizado mapas e shapes que serviram de base para a construção de mapas presentes na pesquisa.

Em seguida, procurou-se refletir sobre os conceitos de rural-urbano, campo, cidade, espaços periurbano e espaço rurbano, além de agricultura familiar urbana, urbanização e ruralização buscando esclarecer cada vez mais a situação do espaço estudado e a dinâmica socioespacial presente.

A terceira etapa se caracterizou pela divisão do bairro em três áreas, onde foi realizado o levantamento de dados, além da realização das entrevistas com produtores e não produtores, fotos que puderam auxiliar na compreensão da distribuição dos elementos urbanos e rurais pelo bairro e entrevistas do tipo semiestruturadas, modelo que permite inserir novas questões a medida em se note que é necessário. Os entrevistados foram divididos entre produtores, não produtores e empresários. Foram

aplicadas 10 entrevistas que tinham como objetivo entender o bairro enquanto lugar de morada mas, também, de produção.

Quanto as dificuldades encontradas, ficou resumida ao questionário das empresas, onde o proprietário não foi encontrado e o funcionário não quis responder as perguntas, além da situação de alagamento das ruas devido as chuvas de inverno. Ressalta-se que mesmo não tendo encontrado o dono das fábricas foi possível perceber que já existe uma interação entre as indústrias e o bairro.

A pesquisa teve continuidade com a coleta de dados na associação dos produtores do bairro, onde foi realizada uma entrevista com a tesoureira da entidade, buscando elucidar alguns pontos e identificar novos elementos geradores. Perguntas que buscavam saber há quanto tempo a associação existe, como a mesma se relaciona com os produtores, no sentido de buscar verbas e projetos que possam auxiliar no desenvolvimento do bairro; foram abordados, ainda, assuntos referentes aos loteamentos clandestinos, bem como a problemática ambiental relacionada a queima da palha de arroz, no processo de produção nas hortas

Por fim, Procurando conhecer melhor o bairro estudado e buscando uma organização durante o trabalho no campo, ficou estabelecido que o bairro seria analisado a partir de ruas, avenidas e igarapés ali presentes. O espaço foi dividido então em três áreas, que serão denominadas como Área 01, Área 02 e Área 03 de forma a auxiliar a análise dos dados, como mostra a figura 2.

1.2.1 Entrevistas

As entrevistas foram pensadas enquanto, forma eficiente de aproximação entre o pesquisador e seu local de estudo. Antes de ser um levantamento de dados é predominantemente um meio pelo qual o pesquisador pode adentrar no mundo particular e extrair informações essenciais para uma reflexão sobre a problemática presente na pesquisa.

Para isso optou-se pela entrevista do tipo semiestruturada, onde mesmo tendo um número de questões construídas previamente, é permitido a formulação de novas perguntas de acordo com cada entrevistado e situação. Foram 10 entrevistados, divididos entre produtores, não produtores, trabalhadores, comerciantes, dando uma certa prioridade aos moradores mais antigos que trazem consigo uma bagagem cultural

e sentimental com o lugar. As entrevistas objetivam, assim, um olhar sobre aquilo que foi um dia, o que hoje se encontra presente e o que pode vir a ser o bairro Operário do ponto de vista das transformações socioespaciais.

Os entrevistados estão distribuídos pelo bairro e obedecem ao mapeamento inicial da pesquisa de campo, ou seja, área 1, área 2 e área 3, cada uma marcada por ruas limites com bairros vizinhos e com o igarapé Paca. A área de realização dos questionários ficou estritamente limitada ao espaço da pesquisa, no caso o bairro Operário, o período das entrevistas foi entre os dias 10/07/2017 e 30/07/2017, sendo que para cada entrevista era gasto um tempo igual ou superior a 30 minutos, podendo se alongar de acordo com cada entrevistado.

Quanto ao questionário; o mesmo é composto por 12 perguntas mistas (abertas e fechadas), com o objetivo de levantar informações sobre a organização socioeconômica presente no bairro. Dessa forma, os questionários foram organizados para levantar informações referentes ao:

Social: Saber como a população do bairro está organizada, e quais as mudanças que ocorreram com a chegada ao longo dos anos dos elementos urbanos tais como: energia, água encanada, pavimentação e quais as dificuldades encontradas pelos moradores.

Econômico: O que produz e como comercializa a produção, se não produz qual a fonte de renda?

Os questionários foram aplicados com 10 famílias que se dividiam entre produtores e não produtores do bairro Operário, onde foi possível observar que o mesmo, se apresenta organizado interligando em uma mesma dinâmica os elementos urbanos e rurais, praticamente todas as casas possuem energia e água encanada, além do acesso aos meios de comunicação disponíveis de acordo com cada situação econômica. A grande maioria dos entrevistados veio de outro estado, mas já moram há bastante tempo no bairro, os que produzem estão ocupados nas hortas que abastecem a cidade.

2. RURAL E URBANO: CONCEITOS E PROCESSOS DE FORMAÇÃO

No Brasil até a data de 02 de março de 1938, ainda não era possível identificar uma definição ou delimitação normativa que pudesse distinguir os espaços rurais dos espaços urbanos. A partir dessa data, e da promulgação do decreto lei nº 311, as unidades territoriais administrativas passaram a serem definidas da seguinte forma:

Art. 3º A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome.

Art. 4º O distrito se designará pelo nome da respectiva sede, a qual, enquanto não for erigida em cidade, terá a categoria de vila (DECRETO-LEI Nº 311/1938).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (2000), o critério de classificação de uma população rural ou urbana é estabelecido a partir da localização do seu domicílio, sendo assim, o órgão considera como urbana, toda sede municipal (cidade) e toda sede distrital (vila), onde o perímetro é definido por uma lei municipal. Considera, ainda, como áreas urbanas isoladas aquelas que se encontram definidas por uma lei municipal, mas que estejam separadas das cidades ou das vilas por uma área rural. Em contrapartida as áreas consideradas rurais seriam aquelas que se encontram fora do perímetro urbano. No Brasil, o IBGE, órgão federal responsável pela contagem da população, considera como zona urbana, aquela delimitada pela legislação.

A classificação da situação do domicílio é urbana ou rural, segundo área de localização do domicílio, e tem por base a legislação vigente por ocasião da realização do Censo. Como situação urbana considera-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Este critério é, também, utilizado na classificação da população urbana e rural (IBGE, 2000).

Ao construir sua classificação o órgão desconsidera a análise de algumas características como a população, tipo de ocupação, além da renda e da própria pressão exercida pelas atividades humanas. Uma das principais críticas em relação a definição do IBGE consiste no fato de que, ao analisar uma determinada localidade vários aspectos devem ser levados em consideração, tais como o tipo de atividade predominante e o grau de inserção econômica dos elementos urbanos e de modificação da própria dinâmica local, costumes, ritmo produtivo entre outros.

De acordo com Veiga (2003, p. 32), de um total de 5.507 sedes de município no Brasil em 2000, havia 1.176 com menos de 2 mil habitantes, 3.887 com menos de 10 mil e 4.642 com menos de 20 mil; estes exemplos citados pelo autor possuem estatuto legal de cidade em conformidade ao que é atribuído às regiões metropolitanas, —todas com estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído aos inconfundíveis núcleos que formam as regiões metropolitanasl.

O autor discorda do critério adotado para considerar população urbana no Brasil, cuja origem é um decreto feito durante o Estado Novo (nº 311, de 1938), uma vez que mesmo as pessoas residentes nas menores sedes distritais são oficialmente contadas como urbanas. Para ele, deveria ser considerada uma combinação dos critérios de tamanho populacional do município, sua densidade demográfica e localização. Propõe, dessa forma, não considerar como urbanos habitantes de municípios com população inferior a 20 mil habitantes, que não apresentem altas densidades demográficas e que não sejam pertencentes a regiões metropolitanas e outras aglomerações (VEIGA, 2002). Veiga concluí dizendo que.

O Brasil inequivocadamente urbano é formado pelos 455 municípios onde estavam 57% da população em 2000. [...] é preciso distinguir entre os restantes 5.052 municípios existentes em 2000 aqueles que pertenciam ao Brasil rural e os que se encontravam no meio-de-campo. E para fazer esse tipo de separação o critério decisivo é a densidade demográfica. [...] podem ser considerados de pequeno porte os municípios que tem simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab/Km², mesmo que tenham menos de 50 mil habitantes. [...] conclui-se então que não pertencem ao Brasil indiscutivelmente urbano, nem ao Brasil essencialmente rural, 13% dos habitantes, que vivem em 10% dos municípios. E que o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes (VEIGA,2002, p. 34).

Por sua vez Ana Fani (2004), critica as ideias utilizadas por Veiga para se contrapor aos dados. Segundo ela, o autor não aprofunda suas ideias e tampouco apresenta dados que possam sustentar sua teoria, coloca ainda que o mesmo utiliza dados de realidades bem diferente da encontrada em países do mundo subdesenvolvido. Segundo Ana Fani (2004, p. 2), o conjunto de artigos, —não apresenta uma reflexão aprofundada, baseada em argumentos sólidos, e numa pesquisa capaz de construir um referencial a altura do desafio lançado por Veiga. Outro problema que segundo a autora é evidente, está no fato de que o autor citado, vai emitindo opiniões muitas delas

apoiadas em estatísticas dos países centrais para explicar —nosso desenvolvimentol. A autora conclui dizendo que:

Longe de analisar processos se prende a números e é com eles que acredita apoiar suas ideias sobre a urbanização brasileira. O problema é que —urbanol e —rural longe de serem meras palavras são conceitos que reproduzem uma realidade social concreta. A simples delimitação espacial do se acredita ser o urbano ou rural nos diz muito pouco sobre os conteúdos do processo de urbanização brasileira, no momento atual (CARLOS, 2004, p. 2).

No mundo, diferentes critérios são utilizados para definir uma região urbana ou rural. A Austrália considera um centro urbano qualquer agrupamento de 1.000 habitantes, aqueles que apresentarem população inferior a 1000 habitantes serão considerados localidades rurais; já o Canadá considera como urbano, aglomerações com menos de 1.000 habitantes e que, por sua vez, apresentem uma densidade demográfica de 400 hab/km². Por sua vez, a Índia apresenta uma definição fundamentada em vários aspectos ou indicadores, como densidade demográfica, sexo e ocupação. Na Índia uma população será considerada urbana se entre outros fatores, ter a localidade, pelo menos, 5.000 mil habitantes com, no mínimo, 75% da população masculina envolvida em atividades não agrícolas, sendo chamadas de cidade toda aglomeração com mais de 1.000.000 de habitantes (GIRARDI, 2008).

Existem ainda, outras contribuições para o debate a respeito de que seja rural e urbano, e que podem auxiliar na busca de uma definição, que possa ser útil no planejamento urbano e implementação de políticas públicas no país.

Lefebvre (1991, p. 36), coloca que a oposição entre campo e cidade, rural e urbano é inerente ao processo de divisão social do trabalho (classes), além de corresponder —a separação entre trabalho material e intelectual, e por conseguinte entre natural e espirituall. O nascimento de uma cidade é anterior ao próprio processo de industrialização, sendo diferente de acordo com o local e o momento histórico. Para o autor, a divisão social do trabalho vai ser um dos, senão o fator mais importante na separação entre campo e cidade, rural e urbano.

Para Santos (1993), a tradicional separação entre um Brasil rural e um Brasil urbano passou a não mais contemplar a atual realidade. Rural e urbano não podem ser divididos, como se fossem duas realidades isoladas entre si e independentes. São partes integrantes de um todo e tais partes constantemente mantêm relações entre si. Todavia,

o fato de apresentarem aspectos que os tornam comuns, não os transformam em um todo homogêneo.

Sobre esse assunto Carneiro (1997) fortalece dizendo que:

É importante considerar que o —campol não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão. Se as medidas modernizadoras sobre a agricultura foram moldadas no padrão de produção (e de vida) urbano-industrial, seus efeitos sobre a população local e a maneira como esta reage a tais injunções não são, de modo algum, uniformes (CARNEIRO, 1997, p. 53).

É preciso cuidado ao analisar a relação rural-urbano no mundo, pois essa relação está condicionada por fatores locais que vão dar a cada lugar um conjunto de particularidades, elas irão definir o grau de —resistencial ao processo de modificação dos costumes e ritmos locais. Ressalta-se, no entanto, que devido a própria capacidade de organização social da comunidade, o processo pode acontecer de forma mais lenta ou mais rápida. Pode-se dizer ainda, que a urbanização das áreas rurais nem sempre irá significar uma mudança imediata na cultura local. O que é possível notar na verdade, é que muitas vezes, o processo de urbanização cria ferramentas que possibilitam um fortalecimento dos processos locais de vida e produção nas zonas rurais, ou seja, os elementos urbanos podem significar não uma perda, e sim uma possibilidade de uma nova configuração socioespacial. Cidade e campo são influenciados ao longa da relação entre aquilo que representa o rural e aquilo que representa o urbano. Na análise de Milton Santos(1993), as cidades locais —mudaram de conteúdo durante o último século.

A cidade que antes era dos notáveis, onde as personalidades eram —o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, passa a ser uma cidade econômica, —lôcus da regulação do que se faz no campol, onde é extremamente necessário —o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados, ou seja, o consumo produtivo rural não se adapta às cidades locais, mas pelo contrário, as adapta. Parte dos trabalhadores do campo, especializados e não especializados, vivem na área urbana, onde também se concentra os serviços e produtos para a produção agrícola. Esses fatores fizeram com que a cidade local brasileira deixasse de ser a —cidade no campol para ser a —cidade do campo (SANTOS, 1993).

Santos (1997) reforça a ideia de um novo olhar sobre os dois espaços, colocando que a cidade não pode mais ser vista apenas pelo seu limite territorial, o alcance do

modo de vida urbano vai além dos limites das cidades porém, atendendo aos interesses das mesmas.

Dessa forma o urbano passa a se inserir cada vez mais nas áreas rurais representados por ferramentas, máquinas que irão provocar uma transformação agrícola. E ao mesmo tempo permitir a manutenção de um espaço voltado para essas atividades. Portanto, por mais contraditório que possa parecer, são justamente os elementos urbanos, inseridos no rural que muitas vezes irão permitir que o mesmo se desenvolva absorvendo insumos e dinamizando a produção.

Se por um lado se torna difícil definir até onde vai o urbano enquanto processo contínuo de transformação e adaptação, por outro se torna difícil dizer o que realmente representa e define o rural, já que o mesmo assim como o urbano se estende além dos limites estabelecidos entre a cidade e o campo.

Ressalta-se as contribuições de Alentejano (2003), que considera o rural como elemento de descrição e explicação da realidade, embora tenha mudado de significado. Para o autor, as dimensões econômicas, social e espacial da relação dos atores sociais com a terra são fundamentais para definir a natureza do rural:

Assim, independentemente das atividades desenvolvidas, sejam elas industriais, agrícolas, artesanais ou de serviços, das relações de trabalho existentes, sejam assalariadas, pré-capitalistas ou familiares e do maior ou menor desenvolvimento tecnológico, temos a terra como elemento que perpassa e dá unidade a todas essas relações, muito diferente do que acontece nas cidades, onde a importância econômica, social e espacial da terra é muito mais reduzida (ALENTEJANO, 2003, p. 11).

Graziano da Silva (1996), tem sido um dos principais autores a defender a existência de uma nova dinâmica no campo brasileiro, marcada fundamentalmente pela urbanização. Em sua concepção o rural não pode mais ser associado apenas à atividade agrícola como tradicionalmente o fora. Segundo o autor, o campo brasileiro passa por um conjunto de transformações que trazem uma perspectiva de revalorização das áreas rurais devido, justamente, ao desenvolvimento de atividades consideradas como não rurais, tais como o turismo, casa para final de semana, entre outras, que surgem dando uma nova configuração ao espaço.

Os principais questionamentos e reflexões a respeito das ideias de Graziano da Silva decorrem do fato de o mesmo ter utilizado como parâmetro a realidade dos países centrais e das regiões Sul e Sudeste do país desprezando assim, a diversidade social e

econômica presente no campo brasileiro. É fato que o novo rural, termo utilizado por Graziano para representar as mudanças recentes no meio rural brasileiro, está em curso e que hoje representa mais uma possibilidade de permanência do homem no campo, resta apenas cuidado ao analisar como o mesmo acontece em cada região brasileira, como afeta e influencia na dinâmica econômica local.

Ainda falta muito para que haja um consenso mundial sobre o tema, até porque cada país define seus critérios amparados em uma dinâmica local, cada lugar apresenta, assim, suas particularidades e definições. É importante ressaltar que, por mais que se diferencie, as definições apresentam pontos em comum, como é o caso dos elementos referentes à densidade demográfica e ao tamanho populacional e, talvez sejam esses elementos o ponto de partida para a formulação de um conceito, se não universal, pelo menos nacional.

O debate sobre a classificação entre urbano e rural tende a continuar e, enquanto isso, devido à falta de critérios que possam abranger as diferentes realidades da urbanização brasileira, a situação de indefinição socioeconômica do meio rural afeta a vida de muitas famílias. Esse fato leva, cada vez mais, a um movimento campo-cidade, evidenciando, dessa forma, as desigualdades regionais presentes há muito no território brasileiro.

2.1.O FENÔMENO URBANO E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

Após a revolução industrial do século XVIII, as cidades cresceram em importância, se tornando centro de desenvolvimento tecnológico. O espaço urbano absorveu, cada vez mais, áreas rurais, mas para chegar até a atual definição socioespacial, foram necessários vários estágios evolutivos, tanto das sociedades quanto das técnicas e tecnologias. Pensando dessa forma, torna-se fundamental um aprofundamento, buscando na história uma lógica que permita uma reflexão mais apurada das diferentes realidades presentes nas áreas rurais e urbanas dos campos e das cidades no mundo. No passado está o entendimento do que nos vemos hoje enquanto cidade-campo, rural-urbano.

Parece-me fundamental recuperar a História não apenas para a reflexão sobre o urbano, mas para se fazer uma Geografia para além da paisagem, para além do que os nossos sentidos podem perceber. O corte no tempo, sem a recuperação histórica, conduz ao estudo de um espaço estático, de uma cidade apenas formal (SPOSITO, 2000, p. 9).

Apesar de o período Paleolítico representar a não fixação do homem, datam dessa época as primeiras manifestações sociais e o início de um processo de relação do homem com o meio em que habita. Isso pode ser constatado na atenção que esse homem do Paleolítico dava a seus mortos como também, na relação que mantinha com as cavernas que representavam o lugar do abrigo, e ao mesmo tempo do encontro; foi nas cavernas que esse homem expressou sua visão de mundo através de desenhos e que foram celebrados rituais, entre outras coisas, que acabavam por criar um sentimento mesmo que primitivo de ligação com um lugar. Nesse contexto, Sposito (2000, p. 7), observa que "os mortos foram os primeiros a ter uma moradia permanente: uma caverna, uma cova assinalada por um monte de pedras, um túmulo coletivo [...] a cidade dos mortos antecede a cidade dos vivos".

Na passagem do Paleolítico para o Mesolítico cria-se a primeira condição necessária para o surgimento das cidades, que foi a produção de um suprimento alimentar com a domesticação de animais e plantas comestíveis. Mumford (1998), coloca que o Neolítico, por sua vez, representou a concretização e fortalecimento dos conhecimentos acumulados com as gerações passadas e a utilização desse conhecimento para uma melhor qualidade de vida. A partir daí o homem, realmente, se sedentariza mesmo que ainda existam não aldeões, o processo se dá de forma a alcançar os diferentes agrupamentos humanos que, podendo se alimentar melhor, constituíram famílias maiores e mais fortes. Sposito (2000, p. 10) ressalta que é importante perceber que, associada ao surgimento da cidade, há uma diferenciação social e que, —ela exige uma complexidade de organização social só possível com a divisão do trabalho.

O excedente alimentar conseguido com o desenvolvimento da agricultura desde o Mesolítico é justamente o elemento que permitiu ao homem se dedicar a outras atividades que não eram a agricultura.

É preciso ainda que se criem instituições sociais, uma relação de dominação e de exploração enfim, que assegure a transferência do mais-produto do campo à cidade. Isto significa que a existência da cidade pressupõe uma participação diferenciada dos homens no processo de produção e de distribuição, ou seja, uma sociedade de classes. Pois, de outro modo, a transferência de mais produto não seria possível. Uma sociedade igualitária, em que todos participam do mesmo modo na produção e na apropriação do produto, pode, na verdade, produzir um excedente, mas não haveria como fazer com que uma parte da sociedade apenas se dedicasse à sua produção, para que outra parte dele se apropriasse (SPOSITO, 2000, p. 10)

A divisão social do trabalho se constitui portanto como fundamental na compreensão do processo de surgimento e expansão das cidades. Os tributos característicos da moderna vida urbana tiveram sua origem nas oferendas ao caçador do Neolítico. Parece consenso entre os pesquisadores que a origem das cidades está relacionado a uma escala de tempo de 3.500 anos na região conhecida como Mesopotâmia, entre os rios Tigre e Eufrates, localização, segundo Sposito (2000), devido a predominância de climas semiáridos que, por sua vez, levam a uma obrigatoriedade de sustentabilidade hídrica fundamental a sobrevivência e ao próprio processo produtivo.

As mais antigas cidades tinham em comum, além da localização nos vales de grandes rios, uma organização dominante, de caráter teocrático (o líder era rei e chefe espiritual), e um traço na sua estruturação interna do espaço: a elite sempre morava no centro. Isto servia tanto para facilitar o intercâmbio das ideias (que permitiam o exercício da dominação sobre as outras classes sociais), como para elas ficarem menos expostas aos ataques externos (SPOSITO, 2000, p. 15).

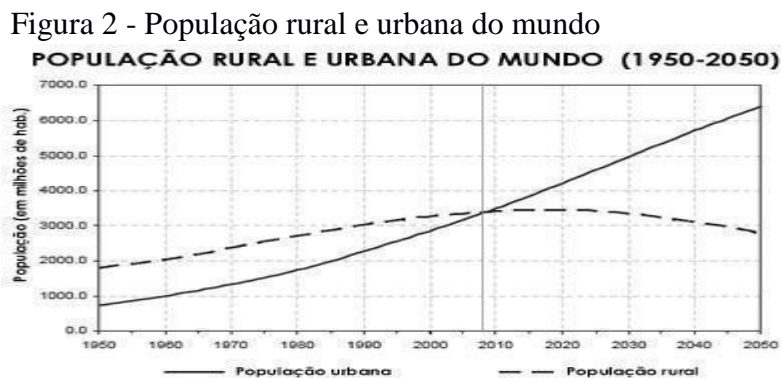
O fator natural, inegavelmente, se transformava em uma das condições necessárias ao desenvolvimento de uma civilização, porém, é a industrialização do século XVIII, iniciada na Inglaterra, que vai significar cada vez mais a redução da população rural em relação à urbana e transformar a relação social e produtiva, agora inserida em um contexto produtivo muito mais amplo. O processo gerado pela Revolução Industrial, que uniu a acumulação de capital e avanço técnico científico, aconteceu de forma desigual na Europa, originando regiões mais desenvolvidas que outras.

Na Idade Média as cidades mantiveram-se quase que como organismos autônomos com forte base no comércio local. Já a fábrica que surgia, pressionava a expansão dos mercados devido, justamente, a um maior poder de produção apresentado por essas unidades produtivas. Percebe-se então que há uma grande diferença entre a produção artesanal que bastava ao mercado local e a produção industrial em larga escala que levava a ampliação dos mercados a nível local, regional e global. Essa característica de ampliação dos mercados se torna a base para o surgimento de redes urbanas articuladas.

O processo de urbanização está diretamente relacionado ao aumento da população urbana sobre a população rural. Em 1800, 3% da população mundial se encontrava em áreas urbanas, realidade que sofre uma mudança radical a partir da 1ª Revolução Industrial, que possibilitou a formação de áreas de atração populacional em contrapartida as áreas de repulsão populacional, caracterizada pelas áreas rurais que apresentam problemas que vão desde um processo de mecanização agrícola a oferta de baixos salários.

O século XX é marcado pela 2ª Revolução Industrial e por um salto na taxa de urbanização, com 15% da população mundial vivendo em cidades, não menos importante foi a evolução e expansão do setor de serviços que vai absorver grande parte da mão de obra da época, proporcionando uma concentração populacional em determinadas regiões.

A partir do ano de 1950, os dados populacionais mundiais indicam o início da ascensão da população urbana e a redução da taxa de crescimento da população rural. E aproximadamente em 2010, a população urbana supera a rural comprovando uma tendência que de acordo com o gráfico, irá continuar pelo até 2050, sem a menor perspectiva de alteração.



Fonte: Brasil-escola. Disponível em: < <http://grafico-da-populacao-mundial.jp> > Acesso em: 10 jun 2017.

Atualmente, mais da metade da população mundial habita o espaço urbano, a América do Norte e a Europa, por sua vez, apresentam elevados índices de urbanização tendo países como a Bélgica com quase 100% da população vivendo em cidades. Refletindo sobre o processo de urbanização brasileiro, é possível notar que as primeiras cidades tinham uma feição muito mais rural do que urbana, fato que se explica

analisando o modelo produtivo das mesmas que estava baseado em uma agricultura tradicional. Condicionada a momentos históricos que vão desde o processo de colonização aos surtos de povoamento e desenvolvimento isolados, as cidades surgem e se desenvolvem, inicialmente, sem nenhuma articulação entre as unidades produtivas. Santos (1993), ressalta que foi preciso um século para uma maturidade urbana no século XIX, e mais um século para se transformar no que é hoje.

Ainda segundo SANTOS (1993), no fim do século XIX, o Brasil conhece a primeira aceleração do fenômeno da população urbana brasileira, que subiu de 9,9 milhões para 14,3 milhões, apresentando um crescimento de 40% em apenas 15 anos. A urbanização, seguindo o ritmo da industrialização, promove a mudança de um modelo agro exportador para um urbano industrial.

Em 1930, o processo de produção industrial provoca a expansão do êxodo rural devido, principalmente, a dois fatores: a mecanização do campo, que reduz os postos de trabalho, e a concentração de terras que, no Brasil, irá significar um limite ao acesso às condições produtivas básicas, pois, sem terras é impossível produzir. Em 1940, segundo o IBGE, 31% da população já vivia em cidades.

Observa-se que é preciso cautela ao analisar dados dessa época, já que as contagens separando a população das cidades e das vilas da população rural só vai acontecer em 1940, —mesmo assim é quase certo afirmar que a urbanização triplicou passando a 31% contrastando com os 10,7% de 1920 (SANTOS, 1993, p. 24)

Ainda segundo Santos(1993), entre 1940 e 1980, dá-se verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Há meio século, na década de 1940, a taxa de urbanização era de 26,35%, em 1980 alcança 80.86% Nesses quarenta anos, triplica-se a população total do Brasil, ao passo que a população urbana se multiplica por sete vezes e meia. Hoje, a população urbana brasileira passa dos 77%, ficando quase igual à população total de 1980 (SANTOS, 1993)

No Brasil a população urbana ultrapassa a rural entre 1950 e 1970, representando em 1980, aproximadamente 60% de população urbana. Segundo Maricato (2000), o Brasil, como os demais países da América Latina, apresentou intenso processo de urbanização, especialmente na segunda metade do século XX. Em 1940 a população urbana era de 26,3% do total. Em 2000 ela era de 81,2%.

Segundo Prates (2008), a urbanização amazônica em curso desde 1930, obedece ainda hoje a uma dinâmica voltada aos interesses do mercado externo, desde as —drogas do sertão aos surtos econômicos provocados principalmente pela extração do látex e

produção de borracha, a região sofre com a falta de uma rede urbana integrada, mas também se desenvolve.

Historicamente falando, pode-se observar particularidades que se tornam importantes no entendimento do processo de urbanização da referida região. Um deles foi a ação de Francisco Castelo Branco ao fundar em 1616, o Forte do Presépio, de onde vem a se desenvolver a cidade de Belém. Foi justamente do pequeno núcleo junto ao forte que surgiram os primeiros núcleos de povoamento, como as atuais cidades de Bragança, criada em 1633, e Cametá, de 1635. Foi a partir desse forte e dos vários núcleos que surgiram que teve-se início a formação da primeira rede urbana da região, com cidades desempenhando funções específicas tanto de defesa como de conquista do território.

Entre 1850 e 1920, a urbanização no Norte se expande na região, devido ao *boom* da borracha que atraiu para a região milhares de trabalhadores, configurando-se em uma grande migração intra-regional que ocupou diversas áreas, fundando diferentes cidades que se destacam tanto por sua atual configuração urbana, quanto pelo total abandono de algumas.

A decadência da borracha que tem seu auge em 1920, cria um movimento de refluxo da população para suas áreas de origem. A partir de 1960 uma nova onda de ocupação toma conta da região. Vive-se o momento dos governos militares e a região adquire um valor estratégico levando esses governos a incentivarem a vinda de pessoas de diferentes estados brasileiros. Para isso cria-se o Banco da Amazônia e a Sudam que juntos são responsáveis pela grande mudança econômica e urbana da região. Nesse sentido, considera-se que —a colonização da Amazônia foi sobretudo de natureza política e não se referendou em uma base científica (BECKER, 2001, p. 137).

A Amazônia se torna, ao longo dos anos, palco de vários projetos que definem a região como a nova fronteira do capital, fato que significa não só o desenvolvimento regional como, também, a constatação de que esse desenvolvimento significou a morte e extermínio de diversas etnias indígenas.

Nas últimas décadas nota-se uma expansão na porcentagem de urbanização da região e, segundo o IBGE, em 1940, a população urbana representava 27,7% do total; em 1960 esse percentual chega a 37,7% e, na década de 1980 atinge 51,6% do contingente demográfico da região (IBGE, 2000).

Importante perceber que a realidade amazônica ainda hoje é marcada por cidades grandes como Manaus e Belém ao lado de capitais com menor contingente

populacional, como Boa Vista, que contrastam com os pequenos núcleos ribeirinhos que ainda não foram inseridos na dinâmica urbana regional.

A fronteira amazônica só pode, portanto, ser compreendida a partir da inserção do Brasil no sistema capitalista global pós-Segunda Guerra Mundial, em que o capitalismo atua no espaço planetário mas os Estados nacionais conservam suas funções de controle e hierarquização, constituindo a agentes primordiais na produção do novo espaço. Na verdade, o povoamento da Amazônia a partir da colonização se fez sempre em surtos devassadores vinculados à expansão capitalista mundial (BECKER, 1998, p. 11).

A urbanização do território brasileiro aconteceu de forma heterogênea e obedeceu a momentos e interesses históricos diferentes. Talvez o fato em comum desse processo de urbanização nacional, seja o fato de que a falta de um planejamento urbano adequado levou a formação de uma verdadeira malha disforme, onde capitais exercem o papel de líderes e centralizam serviços e infraestrutura gerando uma verdadeira macrocefalia urbana. É verdade também que nos últimos anos se assiste a uma valorização das médias cidades que se destacam na oferta de serviços em seus diferentes níveis (comercial, lazer, entre outros). Portanto, analisar o processo de urbanização no Brasil é antes de tudo um resgate histórico, é um exercício contínuo de absorção de novos elementos e características tão dinâmicas quanto a própria relação entre o rural e o urbano.

2.2. ESPAÇO RURAL E RURALIDADE

A partir de 1950 com a chamada —revolução verde, a produção agrícola ficou condicionada a lógica produtiva da cidade, absorvendo insumos, tornando-se cada vez moderna e —eficiente, apesar de injusta, já que apenas os produtores que tinham poder econômico puderam dinamizar realmente a sua produção. Atualmente, boa parte das áreas rurais se encontram inseridas num modelo de pluriatividade em diferentes níveis, é possível observar não mais um espaço dependente, mas sim um espaço interconectado ao espaço urbano, que sofre influência mas que, também, influencia. Se a expansão do tecido urbano é cada vez mais uma realidade no Brasil, alcançando e transformando lugares antes considerados predominantemente rurais e a proliferação de atividades

consideradas como não agrícolas passa, de certa forma, a fortalecer e revalorizar as áreas rurais que agora podem ser vistas não como o lugar do atraso e sim das oportunidades. Como um processo que passou por uma evolução ao longo de décadas se faz importante uma reflexão sobre visões sobre o tema baseadas nas ideias de diferentes autores.

Segundo Lefebvre (1975), é importante ressaltar que o trabalho agrícola das primeiras comunidades rurais não tem nada a ver com as atividades agrícolas desenvolvidas por tratores com cabines climatizadas, típicas dos tempos atuais. Segundo o autor a vida no campo seria condicionada a muito trabalho e pouco retorno, e que conseqüentemente, não permitia uma melhor condição de vida do trabalhador rural.

Essa ideia é reforçada por Cândido (1971, p. 223) que, através de um estudo com habitantes rurais paulistas a quem denominava de —caipiras, mostra que nessas áreas rurais, —o desenvolvimento social da produção gera novos padrões de consumo, modificando os parâmetros, bastante diferenciados dos padrões mínimos tradicionalmente estabelecidos na vida rural, convertidos em padrões de miséria.

Essa realidade muda lentamente seguindo um ritmo de inserção e desenvolvimento de atividades econômicas na zona rural. Lefebvre (1975), destaca que é justamente com o desenvolvimento da agricultura e o rompimento dos vínculos de consanguinidade com sua substituição por vínculos de territorialidade baseados na residência, os responsáveis pelas mudanças.

Segundo Cândido (1971), a modernidade acaba por atingir os valores antigos, substituindo-os por novos que são bastante diferentes. Todas essas transformações que atingem de maneira diferenciada cada país ou região, gera uma nova condição de vida que pode ser definida como uma condição de vida urbana. De fato a partir do século XVIII, com o início do processo da Revolução Industrial, as áreas rurais passam a ser marginalizadas e vistas como o lugar do atraso e da miséria, enquanto as cidades crescem ofertando serviços e um novo modo de vida, o urbano.

Abramovay (2000) propõe uma reflexão avaliativa do conceito de rural, tendo como base não apenas a definição tradicional, mas, também, os trabalhos recentes, o tradicional e o novo como base para uma discussão mais aprofundada sobre o tema. Nesse sentido, três aspectos podem ajudar a classificar o rural.

O primeiro se refere à uma visão mais romântica, de um maior contato com a natureza em contraposição aos moradores urbanos e, apesar de haver uma variedade de significados do que seja natural, existe um consenso de que essas áreas rurais

representam um valor a ser preservado. A própria redefinição de rural vai estar associada a uma relação sociedade-natureza.

O segundo aspecto se fundamenta em uma relativa dispersão da população e uma ajuda mútua entre os habitantes, as residências no meio rural tendem a ser distantes umas das outras, mas mesmo assim o modo de vida rural permite a manutenção de símbolos culturais e uma ligação maior entre seus habitantes.

Já o terceiro ponto destaca uma suposta dependência do meio rural em relação ao meio urbano, principalmente referente ao setor econômico com o acesso a serviços como bancos, comércio, saúde e educação.

O autor ressalta que, apesar dos indicadores de desenvolvimento mais baixos estarem localizados no meio rural, isso não impede essas áreas de crescer economicamente. Quanto a essa reflexão é importante ressaltar que em países como o Brasil, marcados por uma estrutura fundiária concentrada, o fator localização acaba sendo, também, um fator limitante ao desenvolvimento econômico, uma vez que as melhores terras e as melhores condições produtivas estão nas mãos de poucos, deixando uma quantidade de pessoas excluídas de uma possibilidade produtiva. Mesmo assim é possível perceber que novos elementos e ou visões estão sendo inseridos no debate.

Segundo Carneiro (1998), as noções urbano-rural foram transformadas de acordo com o ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho. Isso quer dizer que as características que definiam facilmente os dois espaços não são mais suficientes para defini-los. Assim, —torna-se cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre as cidades e os pequenos vilarejos ou arraiais a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais (CARNEIRO, 1998, p. 1).

No entanto, a autora deixa claro que, apesar do processo de transformação da realidade rural ser uma tendência mundial, a maneira como cada comunidade reage não será homogênea. No Brasil, existem vários municípios que possuem características muito mais rurais do que urbanas, são pequenas aglomerações populacionais dedicadas principalmente as atividades primárias da economia.

As áreas rurais não podem mais serem vistas como o espaço do atraso e da miséria. Tanto os espaços urbanos, quanto os espaços rurais, passaram por profundas transformações. A evolução dos meios tecno-científico e informacional, interliga os espaços tornando-os muitas vezes dependentes. Todavia, mesmo com essas transformações, existem várias cidades e vilarejos que mantêm uma carga cultural que pode ser traduzida em rituais tradicionais tais como festas e a própria produção agrícola;

são esses elementos característicos de cada comunidade que vão definir o modo de vida rural, ou seja, as ruralidades.

A partir dessa visão os espaços rurais adquirem novo significado, sendo agora, além de espaço de moradia, espaço de sustentabilidade econômica. A noção de ruralidade deve, portanto, ser adaptada a essa nova realidade que, por mais que não exista em todo o território brasileiro, já se configura uma realidade em diferentes municípios da região Sul e Sudeste do país. Percebe-se que os dois espaços se interligam, e que os símbolos ou elementos urbanos e rurais transitam e influenciam a realidade presente no campo e nas cidades, a ideia de oposição perde força dentro desse contexto e se torna até mesmo limitante do ponto de vista interpretativo.

O processo não vai ser homogêneo em todo país, mas a ideia de espaços que se complementam se torna fundamental, por exemplo, na estruturação de políticas públicas justas, equilibradas e adaptadas a uma nova realidade que apresenta não uma oposição e sim um complemento. Assim sendo,

A ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Novas estratégias são incorporadas, pois as mudanças tecnológicas e as novas demandas (econômica, política e culturais) impulsionam a construção de uma outra realidade (ABRAMOVAY, 2000, p. 15).

Carneiro (1998), destaca ainda, que a inserção dos elementos urbanos nas áreas rurais por mais que signifiquem algum tipo de mudança, seja ela social ou econômica, não vai, muitas vezes, representar uma mudança total no modo de vida dessas populações. Essa troca de experiências enriquece culturalmente as áreas envolvidas. Reforçando essa ideia podemos perceber que:

Ao contrário, a diversidade pode atuar no sentido de consolidar as identidades dos grupos ao possibilitar uma consciência de si na relação com o outro, o que pode contribuir igualmente para a definição de uma identidade urbana no interior de uma localidade tida como rural e vice-versa (CARNEIRO, 2001, p. 13).

Essa revalorização das ruralidades enquanto modo de vida diferente do urbano, acaba por impulsionar o surgimento de diversas atividades consideradas como não rurais. Essas atividades variam de lugar para lugar de acordo com suas potencialidades e tendências. Dessa forma crescem cada vez mais nas zonas rurais atividades como o

turismo, hotéis fazendas entre outros que, por mais que não sejam considerados como atividades rurais, são desenvolvidas neste espaço. Reforçando essa ideia,

o meio rural brasileiro já não pode mais ser analisado apenas como o conjunto das atividades agropecuárias e agroindustriais, pois ganhou novas funções. O aparecimento (e a expansão) dessas —novas! atividades rurais — agrícolas e não agrícolas, altamente intensivas e de pequena escala — tem propiciado outras oportunidades para muitos produtores que não podem mais serem chamados de agricultores ou pecuaristas e que, muitas vezes, não são nem mesmo produtores familiares, uma vez que a maioria dos membros da família está ocupada em outras atividades não-agrícolas e/ou urbanas (SILVA, 1999, p. 10).

Ressalta-se que as atividades não rurais e elementos urbanos que podem auxiliar na manutenção da família rural, por outro lado podem significar o surgimento de problemas antes inexistentes ou em pequenas proporções. A necessidade de diálogo e estudos sobre as atividades econômicas e suas possíveis consequências devem ser constantes visando minimizar possíveis impactos ambientais que por ventura ocasionem uma situação onde a relação custo-benefício não será satisfatória para o meio ambiente e para as populações dessas áreas.

2.3. Agricultura Familiar

O principal objetivo da criação do bairro Operário, foi o desenvolvimento de uma agricultura familiar que pudesse ao mesmo tempo assentar famílias ociosas sem emprego e renda e produzir produtos agrícolas necessários à própria cidade. Contando hoje com 100 famílias produtoras, o bairro responde por aproximadamente 80% da produção de hortaliças e se constitui em um espaço muito importante do ponto de vista social e econômico.

Os trabalhadores e as hortas estão distribuídos pelo bairro, sendo administradas pela família e por trabalhadores temporários contratados para auxiliar no processo produtivo. O fato de estar geograficamente ligada a zona urbana da cidade de Boa Vista, também traz vantagens, na medida em que os trabalhadores não precisarão se deslocar por uma grande distância. O uso de agrotóxico é frequente entre os produtores, o que pode vir a ser um grave problema de saúde por parte dos produtores e consumidores diretos.

Sobre esse fato, o SR Leandro morador da rua OP. XX na Área 3, relata que só consegue uma boa produção mediante a utilização de agrotóxico, o mesmo sabe que é prejudicial à saúde, mesmo assim faz uso do produto sem nenhum equipamento de segurança além de uma máscara bastante suja. Produz juntamente com a família e vende seus produtos nas feiras da cidade. O fato de estar próximo aos locais de venda facilita o escoamento da produção que realiza nas duas hortas em sua propriedade. Mantidas pela família e por trabalhadores temporários.

Da mesma forma, o morador da Rua Levi Pinheiro Filho, Na Área 3, (que não quis se identificar), vive da agricultura familiar, sendo que o terreno no qual produz é alugado ao dono do lote por 400 reais, a área de produção é de 50m x 50m onde existem algumas hortas e uma pequena casa onde mora com sua família.

Esses relatos levam a concepção de que o tipo de atividade agrícola desenvolvida no bairro Operário se assemelha a definição de uma agricultura familiar, de características urbanas do ponto de vista da localização geográfica. Sendo um modo de vida tipicamente rural. No Brasil a agricultura familiar é definida pela constituição da seguinte forma:

Segundo a Constituição brasileira, materializada na Lei nº 11.326 de julho de 2006, considera-se agricultor familiar aquele que desenvolve atividades econômicas no meio rural e que atende alguns requisitos básicos, tais como: não possuir propriedade rural maior que 4 módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas de propriedade; e possuir a maior parte da renda familiar proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural. No Brasil o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) se constituiu no principal incentivador da agricultura familiar, financiando projetos de pequenos produtores com baixas taxas de juros.

No ano de 2006, o IBGE realizou o Censo Agropecuário Brasileiro. Nele, verificou-se a força e a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos no país. Aproximadamente 84,4% dos estabelecimentos agropecuários do país são da agricultura familiar. Em termos absolutos, são 4,36 milhões de estabelecimentos agropecuários. Entretanto, a área ocupada pela agricultura familiar era de apenas 80,25 milhões de hectares, o que corresponde a 24,3% da área total ocupada por estabelecimentos rurais. Constatou-se que 90% da produção orgânica seja proveniente da agricultura familiar no Brasil (IBGE, 2016).

A importância da agricultura familiar não se resume apenas em permitir acesso a uma renda, mas também na criação de oportunidades econômicas que permitam uma permanência do agricultor naquele espaço que ele considera como seu. É importante lembrar que a modernização do campo quando não chega a todos também pode ser considerada um obstáculo à produtividade, além da própria expansão urbana que se não —controlada— pode significar uma alteração no próprio modo de vida da população. Neste sentido a agricultura familiar se torna ainda mais importante e deve estar presente de forma mais significativa na formulação do planejamento das políticas públicas de um município.

3. FORMAÇÃO ESPACIAL DE BOA VISTA E DO BAIRRO OPERÁRIO

Ao analisar a história de Roraima e de sua capital Boa Vista, é possível perceber diferenças econômicas e demográficas que se constituíram ao longo de décadas. Cada região, dependendo de sua localização geográfica, se desenvolveu através de atividades econômicas que, por sua vez, acabaram fazendo a diferença na fixação do colono. Ao longo da história, vários conflitos aconteceram envolvendo países que visavam o comando desta parte do norte setentrional, sendo Portugal o —vencedor, que acabou por implementar uma estratégia de ocupação dos principais pontos de possíveis invasões, fato que se concretizou com a construção do forte de São Joaquim na capitania de São José do Rio Negro, onde hoje é o estado do Amazonas. A partir desses acontecimentos, deu-se início ao processo de ocupação da região que hoje se conhece como Roraima, já que foi a partir daí que os colonizadores passaram a explorar, mesmo que de forma inicial, a bacia hidrográfica do Rio Branco e suas riquezas.

Guerra (1956), construiu uma classificação física do território, dividindo-o em três regiões, que ficaram conhecidas como alto rio Branco, baixo rio Branco além daquilo que ele considerava como regiões montanhosas. Enquanto que no alto rio Branco, se praticava a pecuária, com uma maior sedentarização, que futuramente se traduziu em aldeamentos permanentes, no baixo rio Branco e nas regiões montanhosas, a exploração esporádica de produtos florestais originou aldeamentos temporários que se perderam ao longo da história. Esses locais apresentam mesmo nos dias atuais, uma baixa densidade demográfica se comparada à Boa Vista. Sobre a exploração desses produtos e do espaço que hoje é o estado de Roraima. SILVA (2008), afirma-se que:

Alguns produtos eram coletados na região de florestas inundadas, na parte sul, mais próxima do Rio Negro, e somente ao final do século XVIII é que se inicia uma atividade pecuária mais efetiva. No final do século XIX e início do século XX, a atividade garimpeira se instala e a coleta de borracha na região do rio Branco teve pouca importância, contrárias a outras áreas da Amazônia. Na região de floresta hoje roraimense, a planta produtora de látex era de inferior qualidade e se distribuía de forma dispersa (SILVA, 2008, P. 30).

As notícias de invasões estrangeiras no vale do Rio Branco levaram a metrópole portuguesa a investir na construção de um forte na margem direita do rio Tacutu, demarcando definitivamente a presença portuguesa na região, afastando, assim, possíveis invasores. Longe de ser tranquila e pacífica, a relação entre o forte e os

aldeamentos surgidos no seu entorno foi marcada por revoltas dos indígenas, que acabaram por atingir a —organização‖ portuguesa. Em 1798, as povoações ficaram quase desertas e no Forte São Joaquim ficou um destacamento de índios proveniente do Rio Negro, que se revezava mensalmente; a experiência dos aldeamentos cessou no século XVIII (SOUZA, 2017).

O fracasso dos aldeamentos, levou a metrópole a investir em outro projeto de ocupação da região e, assim, teve início a pecuária no alto rio Branco, aproveitando as terras planas e de lavrado com as chamadas —Fazendas Reais‖. Nos séculos seguintes a coroa portuguesa consolida sua estratégia e influência com o processo de aldeamento e de evangelização, além da fixação do colono na terra.

Entre as principais propriedades rurais estavam as Fazendas Nacionais São Bento, São José e São Marcos fundada em 1830, que ocupavam toda a região do Alto Rio Branco, de propriedade do Estado português. Também havia a fazenda particular Boa Vista, a mais importante. Isso fez com que os não índios fossem atraídos pela grande quantidade de pastagens naturais existentes no Vale do rio Branco (SOUZA, 2017, p. 2).

Após vinte anos de surgimento da Fazenda Boa Vista, a mesma passa a adquirir características de um arraial, passando gradualmente a ganhar contornos de uma cidade até mesmo com um porto fluvial, decisivo na fixação do colono e circulação de mercadorias. Após sua emancipação em 1958, iniciou-se a transferência da população do Forte de São Joaquim e arredores para a Fazenda Boa Vista. O termo Roraima vai se concretizar por volta de 1962, quando acontece a substituição em relação a antiga definição de território federal do Rio Branco, buscando diferenciar da capital do Acre Rio Branco. Roraima, é considerado um estado de fronteira uma vez que, seu território faz limite com a Venezuela e Guiana o que torna a ocupação nessa região uma forma eficiente de exercer domínio sobre essas áreas.

O estado de Roraima tem como capital o município de Boa vista que, segundo o IBGE (2010), possui uma área de 225.116 km²; Boa Vista teve sua ocupação intensificada com a migração a partir de 1940 incentivada pelo governo federal, bem como pelo governo estadual através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, pelo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), além do Plano de Integração Nacional.

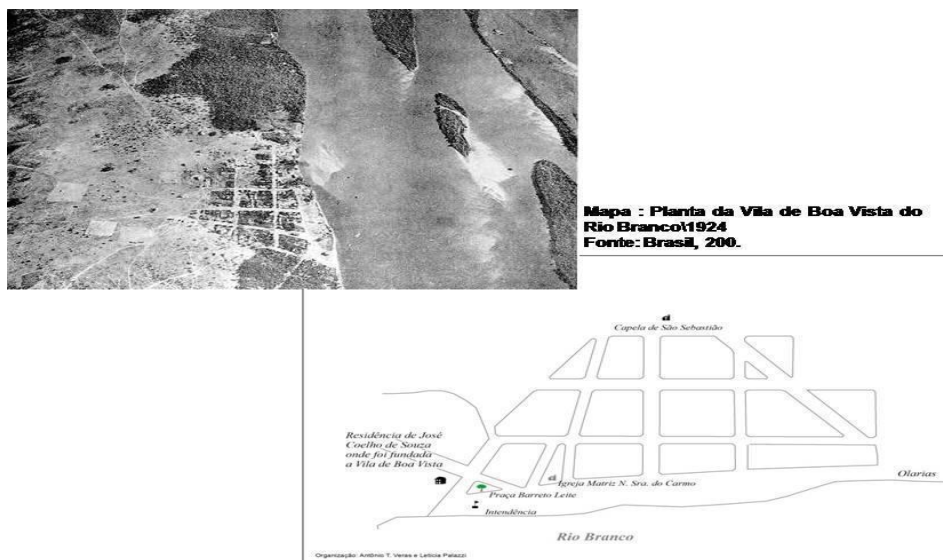
O município centraliza, hoje, parte expressiva da economia e da população do estado se constituindo, ao longo do tempo, em um espaço de destaque em relação aos

municípios circundantes. A concentração populacional na área urbana da cidade levou a baixos índices demográficos nas áreas rurais do estado, ficando a capital com, aproximadamente, 98% de urbanização segundo dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE de 2010.

Do ponto de vista histórico, a localização da cidade na margem direita do rio Branco deve-se, principalmente, a fatores naturais relativos aos períodos de cheia do rio, assim como a existência de caminhos ou trilhas já traçadas pelos colonizadores e índios. As primeiras casas se localizavam próximas ao rio o que permitia uma maior proximidade com essa via de escoamento e chegada de produtos. Surgida a partir da fazenda Boa Vista por volta de 1830, transformou-se em vila no ano de 1858 e em 1890, tendo como base o decreto estadual nº 49, se desmembrou do estado do Amazonas se tornando, a partir daí, a principal cidade do estado de Roraima.

Ressalta-se que até o final do século XIX, por volta de 1887, e em 1924, não passava de um pequeno povoado, como mostra a imagem da expedição Hamilton Rice (Figura 3A e Figura 3B).

Figura 3A – Imagem do traçado das primeiras ruas de Boa Vista



Brasil, (2000)

É possível observar que o arruamento simples, demonstrava o grau de desenvolvimento em seu estágio inicial, com poucas casas e ruas, além de uma pequena concentração populacional. A escolha da localização do povoamento na margem direita

também foi estratégica do ponto de vista climático, já que no período das chuvas o rio tem seu volume de água elevado.

Figura 3B- Foto aérea de Boa Vista do rio Branco - expedição de Hamilton Rice (1924/1925)



Fonte: Acervo de Maurício Zouein

Confirmando a análise de Rice, Veras (2009, p. 57) coloca que como estava subordinada ao estado do Amazonas até o ano de 1943, —Boa Vista não detinha a função de sede de decisões políticas. Era somente um apêndice, uma ponte de ocupação. A povoação era uma malha com três ruas paralelas à margem do Rio Branco.

Em 1944 Boa Vista ainda apresentava um quadro preocupante em relação a infraestrutura básica para a população, como saneamento e atendimento hospitalar. Tudo era precário, fato que levou, em 1945, o então presidente Getúlio Vargas a baixar o Decreto lei nº 1.115 criando diversos órgãos fundamentais a uma futura dinâmica produtiva no território. Em relação a essa nova dinâmica temos que —para subsidiar o processo de produção no território, foi criada a divisão de produção que tinha como objetivo geral estudar, planificar e executar os trabalhos destinados à obtenção dos produtos de produção (VERAS, 2009, p. 93).

A partir dessas iniciativas uma nova configuração socioespacial se concretiza no município, levando gradualmente a um desenvolvimento do mesmo, mas que ainda carecia de um planejamento que ordenasse esse processo. Para conseguir realizar tal objetivo, —o primeiro governador do Território Federal do Rio Branco, Capitão Ene

Garcez, realizou uma concorrência de projetos para a implantação do Plano Urbanístico para Boa Vista. A licitação foi vencida pela empresa Riobras Industrial Ltda, em 21 de setembro de 1944 (SOUZA, 2017, p. 2).

Para o autor, com a formulação de um plano urbanístico para Boa Vista, novos espaços e novas dinâmicas produtivas surgiram e foram concretizadas, em um projeto que fez parte da política de desenvolvimento dos territórios federais recém-criados. Esse processo considerou um crescimento para os próximos 25 anos, porém não considerou o forte processo migratório que ocorreu, quando a população cresceu, em 50 anos, passando de 1.800 para 250.000 habitantes.

Em 1945 a cidade passa a apresentar uma configuração espacial em forma de leque, com avenidas radiais cortadas por ruas circulares que permitem, juntas, uma melhor ligação entre o centro e os bairros mais afastados (Figura 5).

Figura 4- Imagem do traçado concêntrico da cidade de Boa Vista



Fonte: <<http://roraimadefato.com/main/historico-de-roraima>>. Acesso em 11 jul 2017

Até o final da década de 1970, a cidade de Boa Vista respeitou o traçado urbanístico. Contudo, a partir dos anos 1980, o Estado de Roraima vivenciou o —boom do garimpo. Dessa forma, intensificou-se o processo migratório de pessoas oriundas dos garimpos para a capital, contribuindo para formação de áreas desprovidas de infraestrutura necessária, além da ocupação nas Áreas de Preservação Permanente – APP's. Com a promulgação da nova Carta Magna (1988), Roraima passa a ser Estado, o que aumentou o incentivo à migração. (FALCÃO; BURG; COSTA, 2015, p. 98)

Em 1976, com a construção da BR 174, os fatores que levavam Roraima a um isolamento e a um fraco processo de ocupação começam a mudar, pois, a partir de uma ligação com Manaus e, posteriormente, em 1998 com a Venezuela, outra dinâmica se

efetiva tendo como base não só as rodovias, mas também os diversos projetos de colonização implementados. Quanto ao crescimento demográfico temos que:

Em termos relativos, apresentou um padrão oscilatório de crescimento entre as décadas de 1970 e 1980, o crescimento foi de cerca de 6,8% ao ano, para o período de 1980 a 1990 o crescimento ocorreu de forma acelerada, à taxa de 9,6% ao ano, reduzindo-se a partir de então, para 4,4% ao ano entre 1991 e 2000 e para algo em torno de 2,9% ao ano no período 2000/2007 (SILVA, 2008, p. 121,122).

Esse padrão oscilatório presente na configuração demográfica do estado, deve-se, sobretudo, em diferentes momentos históricos e a seus referidos projetos tanto a nível estadual como federal. Esses projetos tinham, além de uma intenção de povoamento, uma característica relacionada a soberania sobre o território, mas nem todos esses projetos promoveram um desenvolvimento do ponto de vista sustentável, o próprio garimpo ao extrair riquezas, provocou um impacto socioambiental de grandes proporções principalmente para as comunidades próximas as áreas de garimpo.

Durante a década de 1980, não só a população urbana cresceu, como também a população rural apresentou um crescimento de 9,7%, devido a dois fatores: o processo de mineração e o processo migratório que aconteceu com direção ao campo. Ressalta-se que —o crescimento de 9,7% ao ano representou uma grande diferença se comparado as taxas de crescimento rural de 2,75 registrado na década anteriorl (SILVA, 2008, p. 124).

O crescimento de Roraima acelerou-se na década de 1980, graças as atividades primárias ligadas à mineração. Paradoxalmente, essa atividade intensificou a concentração populacional nas áreas urbanas, provocando, assim, um descompasso entre demanda e oferta de serviços públicos

Nessa década o expressivo crescimento da população denota a influência da mineração na dinâmica demográfica desse período. Durante a década de 1990, contudo, houve uma desaceleração no crescimento populacional, muito em decorrência do fechamento dos garimpos ilegais. Sobre esse assunto Silva (2008, p. 125) esclarece:

Entre as décadas de 1990 e 2000, as taxas de crescimento populacional não passaram de 4,4% anuais, houve nesse período uma desaceleração no crescimento populacional do Estado, provavelmente em decorrência do fechamento dos garimpos, que provocou um grande refluxo populacional e uma diminuição nas taxas de crescimento.

Boa vista passou então, por diferentes momentos de crescimento populacional. De acordo com interesses e acontecimentos de cada época, a oscilação presente na formulação populacional é prova de um processo demográfico nada homogêneo, da pecuária a mineração, do surgimento espontâneo ao plano urbanístico, cada momento promoveu um crescimento ou uma redução da população e, junto a isso, novos traçados urbanos que absorveram no ato de sua criação espaços antes naturais. O certo, como coloca Staevie (2011, p. 74), é que a população cresceu e com ela as taxas de urbanização.

Ainda como território e depois como estado (pós-1988), Roraima experimentou um intenso crescimento populacional entre 1950 e 2000 — de 17 247 para 324 397 habitantes —, acompanhado por expressivo processo de urbanização. Na década entre 1991 e 2000, a taxa média de crescimento demográfico anual foi da ordem de 4,72%, passando a população de 217 583 para 324 397 habitantes. A taxa de urbanização nesse período foi de 17,66% ao ano, passando de 64,72% para 76,15%. O processo de urbanização foi mais patente na capital, que concentrou grande parte dessa população; dentre os 324 397 habitantes residentes no estado em 2000, 197 098 residiam na área urbana de Boa Vista.

Ao mesmo tempo a cidade centralizou infraestrutura e serviços, incentivando, cada vez mais, a migração campo-cidade que se traduziu em altas taxas de urbanização. Boa vista, ao implementar as obras de infraestrutura e serviços essenciais a um desenvolvimento econômico e social, permitiu uma ocupação das áreas centrais e valorização das mesmas ao longo das décadas; levou ainda, através do processo de segregação espacial a formação de bairros periféricos que, também, foram preenchidos não só por pessoas que se afastavam das zonas centrais, como por pessoas que retornaram da atividade mineradora após o fechamento dos garimpos, além de pessoas que por motivos diversos saíam das áreas rurais em direção às cidades. Assim,

Já em 2000, Roraima contava com 324.397 habitantes, distribuídos de maneira assimétrica entre os 15 municípios que compõem o Estado (IBGE, 2002). Tal concentração se dá nas sedes municipais localizadas ao longo da malha viária que cobre o Estado, com destaque para as cidades de Boa Vista, Caracarái, Iracema e Mucajaí, onde se concentra a maioria da população [...] Em 1970, a maior porção da população roraimense residia no campo, sendo a sua taxa de urbanização da ordem de 42,8%. A partir de então, por fatores já mencionados, a população roraimense experimentou rápido processo de urbanização, e, em 1980, 61,6% dos habitantes do Estado viviam em áreas

urbanas. Essa tendência continuou nas décadas subsequentes, e o grau de urbanização do Estado chegou a 64,7% em 1991 e a 76,1% em 2000 (DINIZ, 2002, p. 31).

Ressalta-se que esse crescimento urbano, aconteceu de forma desordenada fugindo ao padrão concêntrico utilizado na formulação do plano diretor de 1944. Outra característica desse processo foi o crescimento predominantemente horizontal da cidade que, ainda hoje, comporta poucos prédios.

Tal configuração socioespacial vai ser futuramente completada com o surgimento de diversos bairros periféricos, bairros que, muitas vezes, surgiram de invasões ou posse dos terrenos e que, atualmente, representam verdadeiros subcentros que funcionam de forma independente da região central original da cidade. Ao crescer, Boa Vista centralizou os serviços e infraestrutura concretizando o processo de uma macrocefalia urbana.

a população de Boa Vista é aproximadamente 11 vezes maior que a do segundo município mais populoso do estado, Rorainópolis, com cerca de 25 mil habitantes. Em termos econômicos, a capital responde por mais de 80% do PIB estadual, concentrando 80% dos estabelecimentos comerciais, responsáveis por aproximadamente 70% das atividades privadas no estado (STEAVIE, 2011, p.75).

O processo de macrocefalia urbana, que pode ser observado diante da centralização de serviços, pessoas e tecnologia na capital Boa Vista, também pode ser identificado em outras partes do Brasil como por exemplo, da região sudeste em relação as outras regiões brasileiras, apresentando maior desenvolvimento e centralização. Por mais que a proporção entre o tamanho e população dos dois espaços exemplificados sejam muito diferentes, os problemas inerentes ao processo se assemelham, Enquanto Boa Vista cresce e se desenvolve, os municípios vizinhos não conseguem apresentar desenvolvimento satisfatório.

A concentração de serviços e infraestrutura na capital Boa Vista, promove um desigual desenvolvimento dos municípios que compõem o Estado. Quanto ao surgimento dos bairros Steavie (2011, p. 76) esclarece que:

A partir dos anos 1980 configurou-se uma nova morfologia urbana, no âmbito de uma forte expansão do espaço urbano na cidade de Boa Vista. Em 1981 surgiram os bairros Jardim Floresta II e Novo Planalto; em 1982, Pricumã, Buritis, dos Estados e Caçari; em 1983, o bairro Marechal Rondon.

Entre 1985 e 1989 mais 14 bairros foram criados na cidade, refletindo sua intensa expansão demográfica.

Segundo Vale (2007), com a Lei nº 483, de 9 de dezembro de 1999, a cidade de Boa Vista, já com aproximadamente 200 mil habitantes, passou a ter um total de 49 bairros, assim distribuídos: 6 bairros na Zona Norte, 5 bairros na Zona Sul, 3 bairros na Zona Leste, 34 bairros na Zona Oeste, além do Centro.

Em 2010 uma nova configuração urbana é construída se concretizando com a formação de novos bairros. Segundo as informações do IBGE (2010), o município de Boa Vista já contava com 55 bairros

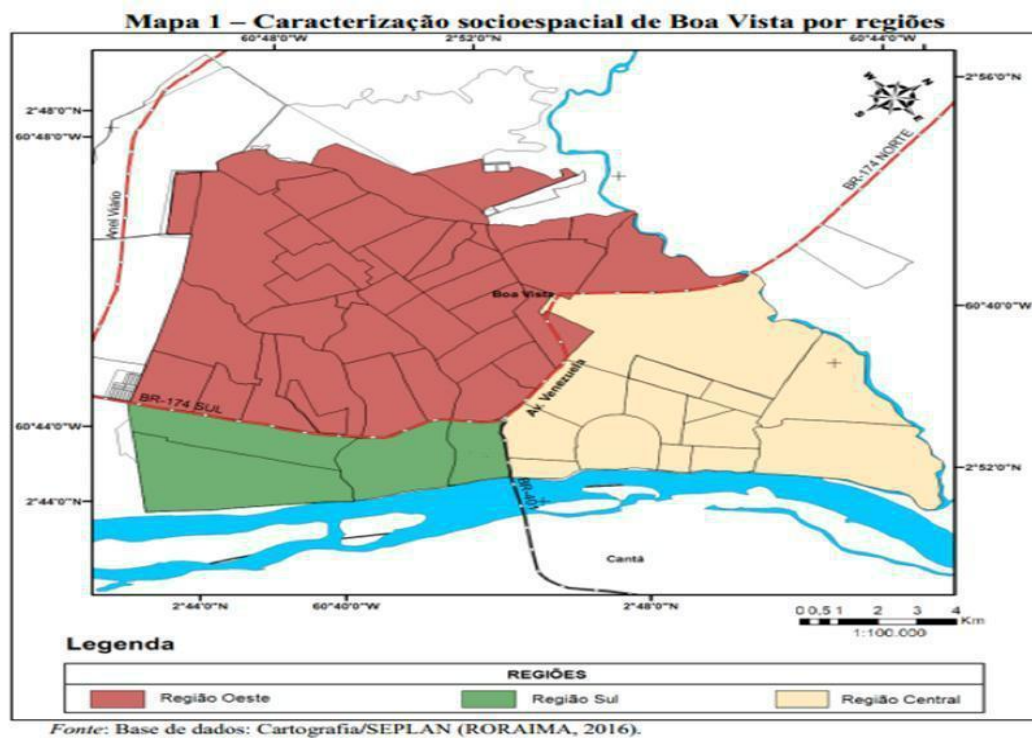
Outro fator que deve ser analisado ao tentar compreender a dinâmica de expansão de Boa Vista e dos bairros que surgem durante esse processo, se refere a participação do movimento migratório de indígenas para as cidades e em maior número para Boa Vista, além de estrangeiros que cruzam a fronteira buscando melhores condições de vida. Tal fato traz modificações ao município que a partir daí procura se adequar a esses momentos e situações que muitas vezes afetam a dinâmica socioeconômica municipal e até mesmo estadual.

O crescimento e expansão urbana de Boa Vista deve portanto, ser analisado mediante diferentes períodos e situações históricas que levaram hora a um crescimento, ora a uma redução das taxas de urbanização, entender essas particularidades permite um olhar diferente sobre a realidade atual marcada por uma diversidade de interesses que se articulam em um mesmo espaço. Isso cria diferentes situações socioespaciais, que dependendo do grau de organização e renda irá ofertar uma maior ou menor qualidade de vida no espaço da cidade.

Sob uma perspectiva qualitativa dos impactos das migrações indígenas pendulares e permanentes no plano urbano de Boa Vista, observa-se um efeito de alocação nos circuitos inferiores ou periféricos da cidade, propriamente na Região Oeste da cidade, onde há menores indicadores de desenvolvimento humano, uma maior concentração populacional e a principal dinâmica de expansão urbana por meio do surgimento de novos bairros (SOUZA et. al. 2017, p. 2).

O mapa mostra a divisão do espaço do ponto de vista sócio-espacial, dividindo a cidade em 3 regiões (oeste, sul e central) de acordo com o traçado original da cidade.

Figura 5-Mapa de caracterização socioespacial por regiões, 2016



Fonte: Souza (2017). Disponível em <<http://www.revistaespacios.com.html>>. Acesso em: 21 jul 2017.

Boa Vista apresenta uma diversidade na origem de seus habitantes e no próprio crescimento urbano, que passa a ser gradativamente diferente do planejado e executado; novos desafios urbanos surgem e com eles, a necessidade de pensar a cidade de forma a possibilitar uma melhor qualidade de vida a seus habitantes, e uma melhor gestão que, através de ações concretas, minimizem os impactos de um crescimento urbano e populacional sem o devido planejamento. Quanto maior a população, maiores os problemas enfrentados. Nesse sentido,

Com a maioria da população residindo na área urbana de Roraima, principalmente na cidade de Boa Vista, não tarda a aparecer alguns problemas como por exemplo, o desabastecimento de produtos agrícolas e o desemprego, pois os imigrantes não eram absorvidos no mercado de trabalho, uma vez que eram trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação (PORTELA, 2011, p. 70).

No caso específico de Boa Vista, o fato de ter um expressivo número de pessoas ociosas sem trabalho e haver uma necessidade de uma maior produção agrícola, fez o governo municipal colocar em prática a ideia de criar espaços verdes que pudessem abastecer a cidade com produtos agrícolas. Alguns bairros surgem neste contexto, como por exemplo o Monte Cristo e o Operário. Portela (2011), destaca que a área onde hoje se localiza o bairro Operário era propriedade da Diocese de Roraima e foi adquirida pelo governo estadual em 1992. Conhecido como Campos Eliseus, a partir de 1994, através de uma iniciativa do ITERAIMA, acontece uma doação de terras a famílias que tivessem a intenção de desenvolver atividades agrícolas. Em 1997 a área foi totalmente loteada pelo ITERAIMA.

Segundo esse autor, após um mapeamento realizado pelo exército em 1999, o bairro foi elencado a categoria de urbano, mais logo em seguida devido à pressão dos próprios moradores voltou a categoria de rural.

3.1. ORGANIZAÇÃO RURAL E URBANA NO BAIRRO OPERÁRIO

A configuração e história do bairro Operário serão apresentadas a seguir, buscando compreender sua dinâmica espacial e a relação que se estabelece entre os moradores e essa parte da cidade de Boa Vista. A complexa situação do bairro neste sentido, pode ser evidenciada ao analisar as informações obtidas nos órgãos municipais e estaduais.

Segundo o município e Secretaria de Finanças, o bairro é urbano, pois está localizado no perímetro urbano da cidade de Boa Vista; já o Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima/ ITERAIMA, afirma que o bairro é rural, pois tem terrenos acima do estipulado como lote urbano que vai até 3000m², enquanto os terrenos do Operário tem, em média, 5000m²; além dessa característica, destaca-se que os moradores pagam Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural/ITR, e a conta de energia de alguns moradores está classificada como rural. Percebe-se, assim, que existe uma dificuldade de classificação da área, quando os próprios órgãos públicos classificam como rural (Figura 6), apesar de estar inserida na malha urbana e fazer limites com vários outros bairros

diferenciada sobre o mesmo de acordo com o tipo de atividade que desenvolvem. Enquanto a fábrica de mármore altera de modo significativo o ambiente ao seu redor, causando impactos ambientais visíveis, a fábrica de guardas roupas recebe todo material necessário a produção sem interferir de forma direta no meio natural com exceção, é claro, do espaço onde a indústria foi construída.

Ressalta-se que algumas das atividades não agrícolas desenvolvidas no bairro Operário são implementadas por empresários que viram uma oportunidade de produção e lucro, e investiram um capital disponível para construção e funcionamento dos empreendimentos. Porém, o que predomina, na verdade, é a agricultura urbana familiar, com utilização de mão de obra extra-familiar temporária, gerenciada pelos próprios proprietários da terra.

Cabe, aqui, apontar a definição de agricultura familiar, como definida na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Em seu Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Segundo Lamarche (1993, p. 15),

A exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração. Lamarche, (1993)

O aproveitamento do uso do solo nas cidades brasileiras está condicionado a vários fatores, entre eles o próprio crescimento urbano, que se expande não só absorvendo novas áreas como, também, criando novas necessidades. Nesse processo o rural e o urbano se conectam compartilhando situações de ordem econômica, social e ambiental. Nesse sentido, algumas necessidades possibilitam o surgimento de novos espaços que atenderão, predominantemente, ao município do qual o espaço faz parte.

Existe, ainda, o conceito de agricultura urbana e periurbana adotado pelo Programa Nacional de Agricultura Urbana (PNAU). Considerado como um conceito multidimensional

Que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agroextrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte), voltados ao autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão de obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos, urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades (SANTANDREU; LOVO, 2007, p.5).

Arraes e Carvalho (2015), explicam que a agricultura urbana trata da especificidade em que a agricultura está mais integrada à cidade. A integração na cadeia produtiva pode se dar pelo uso de insumos e mão de obra local, e da comercialização local de seus produtos.

A integração institucional decorre de seu reconhecimento pela política municipal e/ou metropolitana, expresso em seu tratamento nos Planos Diretores Municipais, nas leis de zoneamento e na regulação de sua prática e, também, do envolvimento de outras organizações municipais em seu desenvolvimento, a exemplo de associações de bairro, de moradores, ONG's, instituições sociais, a depender da natureza da iniciativa.

Uma das alternativas para o produtor agrícola é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/PRONAF, vinculado a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil, destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas e:

A partir do surgimento do PRONAF, o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo aqueles localizados nas regiões Sul e Nordeste, passaram a reforçar a defesa de propostas que vislumbrassem o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social considerada específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas, tais como juros menores, apoio institucional entre outros (PORTELA, 2008, p.32).

De todos os condicionantes que fazem parte do processo de configuração socioespacial nas áreas rurais brasileiras, temos as marcas da disparidade econômica

que se reflete diretamente na produção e manutenção do homem no campo. O PRONAF está longe de alcançar metas satisfatórias e coerentes com a realidade, é sabido que no Brasil, para aqueles que desenvolvem uma agricultura familiar em propriedades modestas encontram sérias dificuldades em obter e pagar suas dívidas.

Em Boa Vista a agricultura urbana está presente nas periferias da cidade, próxima a lagos e igarapés com produção principalmente de hortifrutigranjeiros, como é o caso do bairro Operário, onde o trabalho familiar agrícola é predominante. Mesmo havendo alguns trabalhadores contratados, esses produtores não se enquadram na categoria de empresários rurais, onde o tamanho da área, a condição artesanal e a temporalidade do trabalho contratado para auxiliar a família é característica da produção familiar, conforme informações levantadas durante esta pesquisa.

O bairro Operário, apesar de estar classificado como urbano segundo informações do IBGE (2010), e da Secretaria de Finanças do Município, apresenta uma configuração e um ritmo muito mais rural do que urbano. Os elementos urbanos são poucos, mas já promovem uma valorização dos terrenos, energia elétrica, asfalto, coleta de lixo, que são alguns dos elementos urbanos que foram ali inseridos e levaram a uma melhor qualidade de vida, além da já mencionada valorização imobiliária dos terrenos. Ainda faz parte da reclamação dos trabalhadores: escola, posto de saúde, além de comércios estruturados para atender as necessidades da população do bairro.

O Operário está em uma área que representa, do ponto de vista da urbanização, uma transição entre dois modelos de crescimento: de um lado a cidade que expande sua área com o surgimento e crescimento de novos bairros e, de outro, o espaço é marcado em sua configuração territorial, por chácaras ou lotes de 50mx100m que, ainda hoje, representam uma certa barreira frente ao processo de expansão natural da malha urbana da cidade.

A manutenção desses lotes não permite que aconteça uma especulação imobiliária acelerada. Segundo moradores do bairro, a prefeitura parece ter esquecido deles e julgam que o motivo principal é o fato de o bairro não produzir rendimentos na forma de imposto sobre a residência, entre outros. Em relação ao processo de urbanização de Boa Vista, sua expansão em direção ao Operário fez com que vários elementos urbanos fossem inseridos dando uma nova face ao espaço antes marcado apenas por elementos naturais. Por exemplo, a energia e o telefone são conquistas que facilitam a vida dos moradores mas que, ao mesmo tempo, criam uma contradição. A esse respeito,

A expansão do espaço urbano em direção ao Bairro Operário proporcionou aos moradores acesso à infra-estrutura básica, como: a pavimentação de ruas, energia elétrica, telefones residenciais e públicos e a coleta de lixo e, conseqüentemente melhoria nas condições de vida. A implantação desses serviços e da infra-estrutura básica no bairro acarretou valorização dos imóveis e a especulação imobiliária. As melhorias ocasionadas pela expansão do perímetro urbano em direção as áreas rurais, implica em diversas contradições (PORTELA, 2011, p. 4).

Uma dessas contradições está justamente na valorização dos terrenos rurais. Inicialmente, existe a valorização de fato, mas, ao mesmo tempo, o fato de pertencer a cidade cria dificuldades de manutenção a muitos moradores produtores, que não conseguem arcar com os impostos agora diferenciados e bem mais caros, o resultado é o abandono temporário ou venda do lote. Esta realidade colocada por Portela (2011), ainda está presente no bairro hoje em dia, mas encontra resistência por parte de muitos moradores que não pensam em vender seus lotes. Portanto, dentro de uma lógica de configuração socioespacial, o aspecto que gerou as maiores mudanças, talvez, seja as novas residências que foram construídas nos últimos 10 anos. Buscando resgatar um pouco dessa história, consideramos os depoimentos dos moradores que passaram a fazer parte do bairro Operário.

3.2. O BAIRRO OPERÁRIO: A NOÇÃO DE LUGAR

O projeto de desenvolver um bairro que produzisse uma agricultura familiar se concretizou com a chegada das famílias que decidiram morar neste espaço a partir de 1992. Iniciou-se, assim, um processo de ocupação, produção do espaço que antes era apenas espaço natural, principalmente através da agricultura familiar. Várias famílias de Roraima e de diversas regiões do Brasil se fixaram ali; vivendo da produção agrícola, essas famílias ao longo dos anos criaram ainda laços afetivos como também, culturais com o espaço, que passava a se tornar ano após ano o seu lugar, isto é, um espaço onde os símbolos e relações existentes criam o sentimento de pertencimento, de conforto e segurança. Os depoimentos dos moradores confirmam as primeiras experiências do morar no bairro Operário:

Quando cheguei no bairro, não quase nenhuma casa, só mato, com o tempo foi aparecendo os moradores que hoje são meus vizinhos, a vida no bairro sempre foi calma, comprei meu lote por cinco mil reais há 15 anos atrás e hoje já

recusei propostas de 100 mil, ainda não penso em vender, pois quero deixar para meus filhos e netos (Sr. João entrevistado em 12/07/2017).

Mas, a ideia de lugar transcende a própria concepção de lugar, já que o mesmo se relaciona com o mundo e nele pode estar inserido de acordo com a organização econômica global. Há, portanto, uma complexa ligação entre esses espaços de características únicas, a globalização e seus processos que vão estar presentes, podendo influenciar e transformar o próprio lugar.

Hoje, certamente mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar (SANTOS, 2005). Moreira e Hespanhol (2007), fortalecem essas ideias ao refletirem sobre o lugar de acordo com uma perspectiva encontrada na corrente de pensamento crítica e humanistas.

Compreender o lugar é considerá-lo não como uma soma de objetos, mas como um sistema de relações (subjetivo-objetivo, aparência-essência, mediato-imediato, real e simbólico). Desse modo, nos bairros rurais é possível presenciar os pares dialéticos, o novo e o velho, o tradicional e o moderno, o exógeno e o endógeno, enfim, as mudanças e as permanências (MOREIRA E HESPANHOL, 2007, p. 48)

Longe de levar à homogeneização dos lugares, a globalização da economia permitiu reforçar a diferenciação e as especificidades locais, sem se desvincular da ordem global. Assim, muitos espaços que mesmo estando geograficamente próximos da zona urbana e até mesmo inseridos nela, irão apresentar uma organização socioespacial diferenciada, própria daquele local. Nessa perspectiva, por mais que haja um transbordamento do mundo urbano sobre o rural por exemplo, isso não irá significar uma total e imediata absorção do que antes era natural e tradicional do ponto de vista cultural por características e elementos meramente urbanos. Os símbolos construídos durante anos podem se manter vivos e até mesmo fortalecidos dependendo da organização social presente em cada lugar.

Esse mundo —particularl é visto nas ideias de Buttimer (1982), como uma peça-chave na relação entre a Geografia e a Fenomenologia. O lugar seria o mundo vivido, —o elo entre os procedimentos geográficos e fenomenológicosl. Cada pessoa tem seu lugar natural, o ponto zero do seu sistema pessoal de referência e, assim, —cada pessoa está

rodeada por ‘camadas’ concêntricas de espaço vivido, da sala para o lar, para a vizinhança, cidade, região e para a nação (BUTTIMER, 1982, p. 178).

Nessa discussão, Tuan (1983) aponta que no momento em que nos familiarizamos com um espaço este se torna lugar. Espaço e lugar se relacionam e existem três tipos principais de espaços, sendo o mítico, o pragmático e o abstrato. O espaço se torna lugar na medida em que é experienciado e valorizado, que tem significação para pessoa em assim o lugar é mais concreto que espaço.

A organização social é uma das formas mais eficazes de evitar um processo de saída intenso da zona rural em direção às cidades, na medida em que possibilita o acesso a projetos e eventos que fortalecem a experiência humana em seus aspectos econômicos e culturais. No caso do bairro Operário, existe uma associação de produtores rurais que procura desenvolver não só projetos, mas, acima de tudo, uma consciência do ponto de vista sustentável.

A história da organização social dos produtores inicia-se com a Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros do Raiar do Sol/ APROHORAS, passando, no ano de 2000, a denominação de APROHOPE, trocando a especificação do bairro Raiar do Sol para o bairro Operário, uma vez que este tinha sido criado a pouco tempo. Atualmente, os agricultores do bairro Operário vinculam-se à Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Boa Vista/APROHVI, formando um grupo de, aproximadamente, 100 sócios ativos¹.

A associação trabalha não só apoiando os produtores mas, também, denunciando atitudes incoerentes com o modo de vida da comunidade. Um exemplo foi a denúncia a respeito dos loteamentos clandestinos que estavam sendo realizados e, após denúncia da associação em diversos órgãos, os que se dizem proprietários dos loteamentos clandestinos sofreram "visitas" de fiscalização da Empresa Municipal de Habitação e Urbanismo/EMHUR e da Secretaria Municipal de Gestão Ambiental e Assuntos Indígenas.

Durante a pesquisa em campo, foi possível conhecer melhor a realidade dos moradores e produtores em relação à Associação. O trabalho da entidade é buscar apoio para o produtor rural na forma de insumos (sementes, poço, bomba), além de um trabalho de conscientização sobre como utilizar o solo de forma a não degradá-lo,

1 Informações disponíveis em: <<http://aprohviboavista.wixsite.com/aprohvi/historico>>. Acesso em: 08 de jul 2017

impossibilitando seu uso. Nesta questão está justamente a problemática da queima de palha nas hortas do bairro, onde muitos produtores ainda insistem em fazer, mesmo sabendo dos prejuízos ambientais, situação confirmada durante as visitas em campo.

A Associação promove, ainda, eventos que visam o resgate ou manutenção da cultura, como por exemplo, o Arraial realizado no dia 29/07/2017. Eventos como esse congregam a comunidade e fortalecem os laços de ajuda mútua que prevalecem no bairro. (Figura 7).

Figura 7- Sede da associação e local dos festejos juninos



Fotografia: Hugo Arraes Alves Rocha, (2017)

Em conversa com o secretário da associação, Sr. Jean Oliveira, foi possível esclarecer alguns pontos e fazer emergir outros mais. De acordo com o secretário, existem algumas problemáticas relacionadas ao bairro que merecem atenção, uma delas diz respeito ao processo de valorização imobiliária que está em curso, podendo criar uma configuração socioespacial totalmente diferente daquela que iniciou o projeto de assentamento. Relata ainda, que é preciso um olhar mais cuidadoso, buscando perceber sua importância, seja do ponto de vista ambiental, social ou econômico.

Um dos receios do entrevistado e de todos que gostam do espaço de sua morada é que esse processo, que tem como carro chefe a tentativa de loteamento dos terrenos, acabe provocando uma alteração em uma área ambiental e fundamental na manutenção hídrica de igarapés e do conjunto de ecossistemas existentes na região.

Ao conversar com moradores, o sentimento de pertencimento ao lugar predomina; por mais que enfrentem dificuldades a maioria pretende continuar no bairro, e esse pode vir a ser um fator determinante na configuração territorial futura. Esse transbordamento do urbano sobre alguns espaços naturais e sobre o próprio bairro, pode levar, ao longo dos anos, a mudanças significativas e essas, se acontecerem, poderão

representar para o bairro e seus moradores, uma mudança de vida ou de lugar. Isso mostra que, apesar de entender como o bairro se configurou e como acontece sua ligação com a cidade, muitos questionamentos irão surgir, possibilitando a continuidade da pesquisa sobre a área estudada.

3.3. USO E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO NO BAIRRO OPERÁRIO

É possível observar nas figuras 8A e 8B, que a evolução sociespacial da cidade de Boa Vista obedeceu uma tendência inicial de crescimento em direção à zona Oeste do Rio Branco, se expandindo após o plano urbanístico em outras direções, formando bairros, que se diferenciam em vários aspectos, entre eles o econômico.

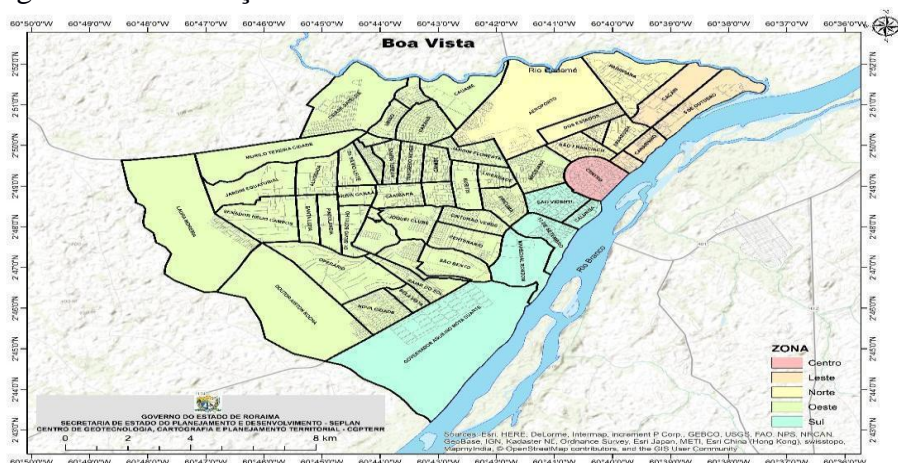
FIGURAS 8A E 8B – Foto aérea de Boa Vista, em 1922, e em 1970



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com.br> >acesso em 25, jul, 2017

Atualmente, pode-se identificar os bairros através de um zoneamento, partindo do centro em direção a zonas oeste, leste, norte e sul, sendo a zona oeste de acordo, com o mapa, a que mais expandiu sua área, tendo dentro do seu limite a maior parte dos bairros da cidade (Figura 9).

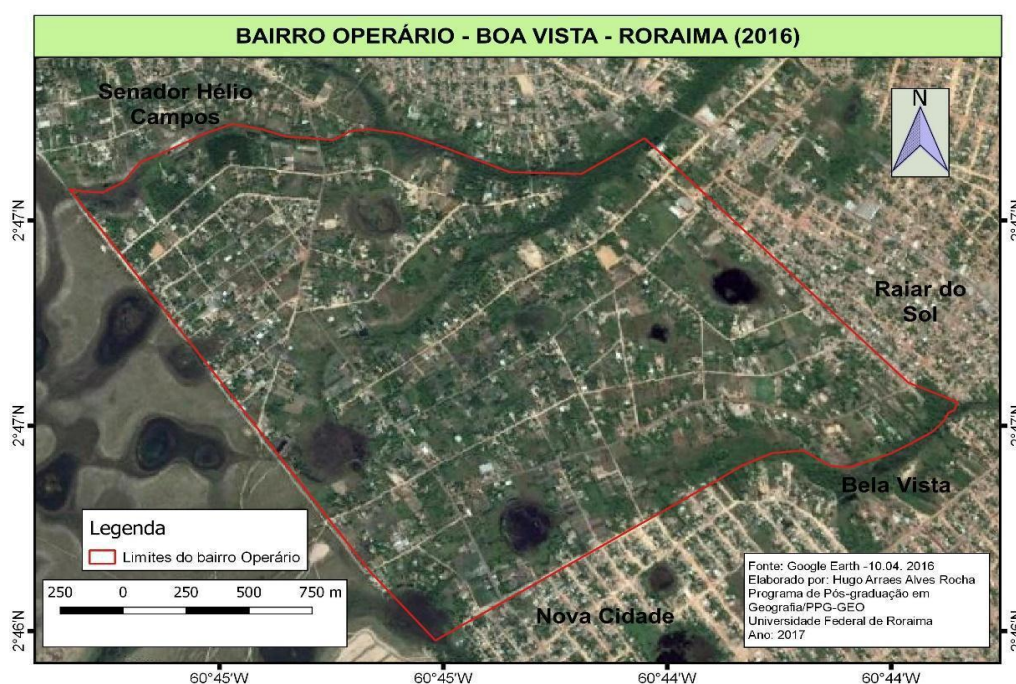
Figura 9 - Distribuição dos Bairros e do Centro da cidade na atualidade,



Fonte: SEPLAM, (2017)

Dentro deste zoneamento se encontra o bairro Operário (Figura 10), que faz limites com outros bairros; o espaço onde se localiza o Operário apresenta, ainda, uma —mancha verde que se destaca e a paisagem em si, se mostra bem mais preservada e com espaços maiores que, provavelmente, levam a uma densidade demográfica menor que o restante dos bairros no seu entorno.

Figura 10- Imagem de satélite do bairro Operário



Elaborado: Hugo Arraes Alves Rocha, (2017)

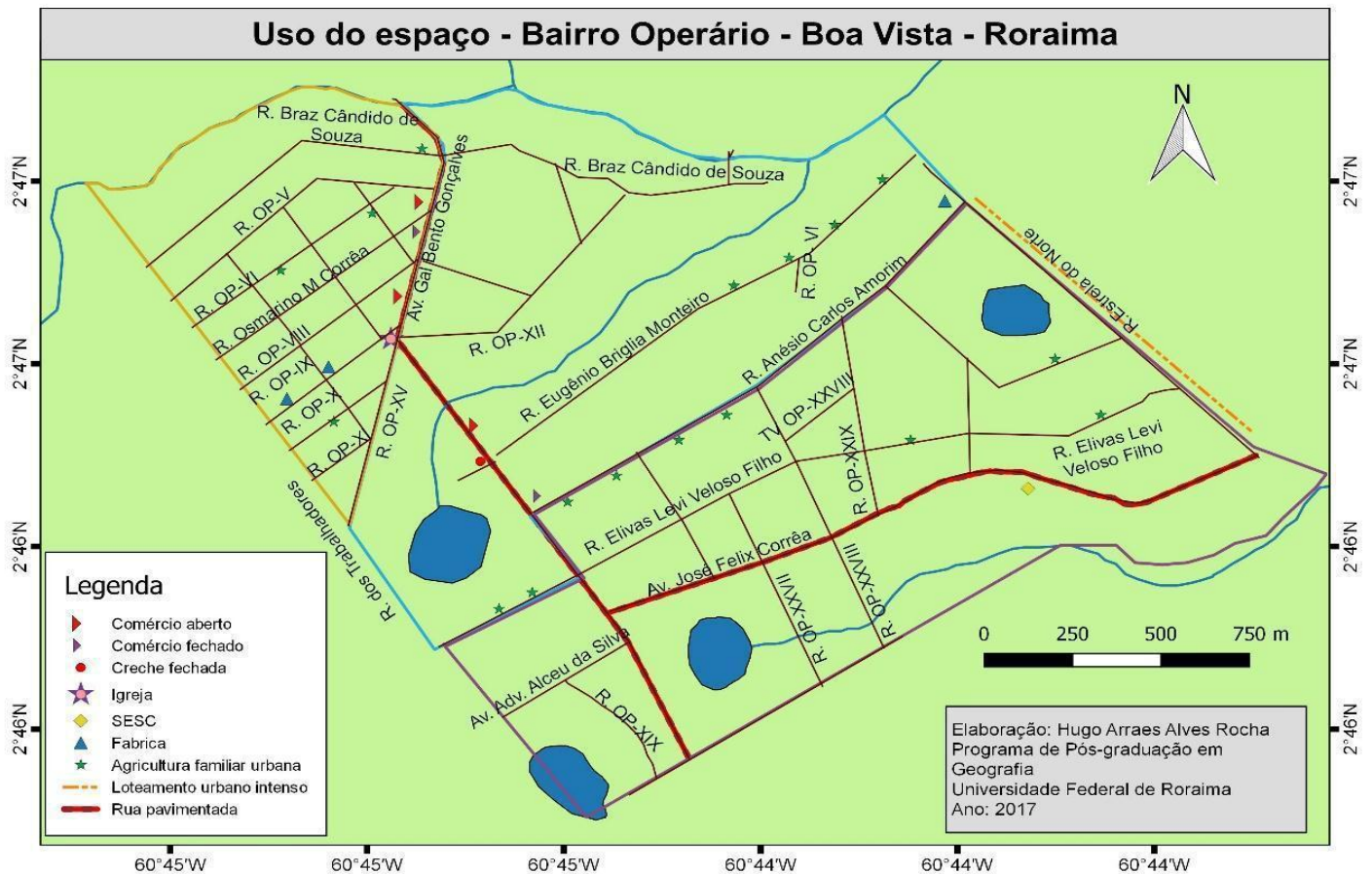
fronteira com o bairro Raiar do Sol; ainda assim foi possível observar hortas em funcionamento.

Observamos que o bairro possui ruas que tornaram-se eixos, como a AV. Gen. Bento Gonçalves (asfaltada), que faz a divisão entre as áreas 1 e 2, as ruas Braz Cândido de Souza e Estrela do Norte que faz os limites com outros bairros a norte e leste, respectivamente, além da rua dos Trabalhadores, limite sudoeste, e a AV. José Félix Corrêa(asfaltada). Quanto ao transporte coletivo apenas as duas Avenidas asfaltadas contam com ônibus que trafega diariamente.

Uma das características do bairro Operário é a configuração socioespacial marcada pela junção entre elementos urbanos e rurais. Porém, segundo o relato de um dos entrevistados (que optou por não autorizar a divulgação de seu nome) que é morador da Av, General Bento Gonçalves e dono de um comércio, no momento em que veio morar no bairro, há mais de 20 anos atrás, se dedicava a agricultura, mas as dificuldades encontradas fizeram com que ele resolvesse mudar de ramo, abrindo um pequeno comércio. O desenvolvimento do bairro e os resultados obtidos levam esse entrevistado a ter a convicção de que —fez a coisa certa, pois vive melhor agora do que antes plantando|. As condições de vida e o fato de que recebeu o lote através do programa de doação do Iteraima levou esse entrevistado a não pensar em sair do bairro e que pretende ampliar o comércio futuramente, indicando que existem perspectivas boas no que se refere ao aspecto comercial.

Procuramos destacar o maior número possível de símbolos urbanos e rurais buscando entender a atual configuração do bairro (Figura 12). São vários elementos que associados formam a realidade atual interferindo muitas vezes no próprio ritmo produtivo e no modo de vida da comunidade, os espaços que fazem fronteira com outros bairros, apresentam uma dinâmica socioespacial marcada por transformações mais nítidas, a urbanização e seus elementos se encontram.

Figura 12- Uso do espaço no bairro Operário em 2017



Elaborado: Hugo Arraes Alves Rocha, (2017)

A Área 01 do bairro (limitada pela rua Braz Cândido de Souza e pela Av. Gen. Bento Gonçalves), se caracteriza por apresentar fábricas, hortas e pequenos comércios. Existe, ainda, uma igreja e algumas oficinas distribuídas pelas ruas desta área. Sobre as indústrias, os moradores reclamam do barulho e de uma vala aberta que recebe o material processado da marmoraria. Relatam que nesta parte do bairro o acesso a serviços e a produtos básicos do dia a dia são precários ou inexistentes, não existe escola, posto de saúde ou posto policial.

O transporte coletivo passa apenas na avenida asfaltada, não adentrando nas ruas do bairro, situação que se agrava no inverno, período de chuvas (Figura 13). Todas as casas têm energia elétrica e algumas, mesmo tendo água encanada, possuem poço próprio para abastecimento e irrigação; a coleta de lixo neste setor é constante segundo os moradores, e ainda existe uma tranquilidade característica das áreas rurais. Os aspectos naturais são predominantes apesar da presença das já mencionadas fábricas e

indústrias que ficam como que camufladas entre os terrenos. As principais modificações apontadas pelos moradores se referem ao surgimento de casas ao longo dos anos de ocupação do bairro. Foi possível observar que os elementos urbanos inseridos neste setor levaram a uma melhora nas condições de vida da população mas não foram, ainda, suficientes para alterar de forma significativa a qualidade de vida nesta parte do bairro.

Figura 13: Rua alagada na op xx (área 01)



Fotografia: Hugo Arraes Alves Rocha, (2017)

Apesar da situação de ruas alagadas no inverno, a produção agrícola não para, como é possível observar as hortas estão presentes no bairro, compreendendo uma parte significativa do espaço ocupado. São hortas que funcionam o ano inteiro através de irrigação com água de poços subterrâneos, bem como dos igarapés que atravessam o bairro.

Figuras 14A e 14B, hortas na OP. IX e OP. X



Fotografia, Hugo Arraes Alves Rocha, (2017)

Alguns produtores possuem maiores condições de produção e comercialização, como é o caso do Sr. Rogaciano, morador da ruo OP XII (Área 1) diz que é produtor agrícola desde que veio para o bairro há 20 anos, para plantar e viver da terra; hoje tem casa e carro próprio, o que facilita a produção e escoamento da mesma nas feiras da cidade. Mantém sempre 3 trabalhadores em regime temporário e essa mão de obra vem do bairro e adjacências. Segundo suas palavras,

Sempre produzi no bairro sem precisar de financiamento, tenho meu carro e mesmo tendo muito gasto, consigo manter minha família e ainda dar emprego a algumas pessoas, mas se conseguisse um financiamento que compensasse poderia aumentar a produção (Sr. Rogaciano entrevista concedida em 12/072017).

Além de hortas é possível identificar na Área 01, chácaras e terrenos cercados, alguns a venda (Figura 15). Essa residência se encontra em frente a fábrica de mármore que acabou sendo um dos motivos segundo relatos, pelo qual o morador resolveu se mudar.

Apesar das reclamações, a marmoraria emprega uma parte da mão de obra do próprio bairro, além de pessoas vindas de bairros vizinhos se constituindo assim em uma fonte de renda para diversas famílias, a marmoraria fica na Área 1 mostrada na figura 11, da página 56.

Figura 15- Casa em frente a marmoraria



Fotografia: Hugo Arraes Alves Rocha

Outro problema que marca a Área 1 é o descarte de resíduos da marmoraria, que escoam sobre a superfície, causando impactos ambientais e incômodos aos moradores (Figura 16). Trata-se de um canal por onde escorre parte do material acumulado durante o processo, para um canal subjacente, que percorre parte do bairro, expondo os moradores aos riscos decorrentes da poluição dessas águas, principalmente no período das chuvas. Apesar de incomodados com o barulho e com a presença desses resíduos os moradores não se organizam frente a um processo de mudança, parece que devido ao tempo que acontece tal fato já não gera tantas reclamações. A associação também não possui nenhum projeto que vise uma alteração desse quadro.

O corte do mármore também acontece a céu aberto sem nenhuma proteção individual por parte dos trabalhadores. Os mesmos não quiseram responder as perguntas e também não permitiram a entrada no estabelecimento.

Figura 16- Lagoa e vala de resíduos da marmoraria



Fotografia: Hugo Arraes Alves Rocha , (2017)

Durante o trabalho de campo, não foi possível conversar com os funcionários e dono do estabelecimento, a foto foi tirada de fora do espaço da marmoraria e mostra ao fundo, a lagoa para onde corre os resíduos produzidos com as sobras daquilo que é produzido e a frente a vala que leva os resíduos para os canais que cortam o bairro e que desaguam em um igarapé localizado próximo a própria marmoraria. O material deixa um cheiro e uma coloração diferente na água que naturalmente percorre os mesmos canais principalmente no inverno.

Esta vala é ligada a uma lagoa com resíduos da fábrica de mármore, através deste canal, os resíduos correm para uma vala que atravessa o bairro. O volume de hídrico neste setor se torna bastante intenso no inverno.

Figura 17- Canal de destino dos resíduos da marmoraria na rua OP XX



Fotografia: Hugo Arraes Alves Rocha, (2017)

Este é o canal para onde vão os resíduos da fábrica de mármore, é possível perceber a tonalidade branca da água devido justamente a presença de resíduos da marmoraria, este canal, fica margeando algumas propriedades do bairro. Se por um lado os empreendimentos como a marmoraria acabam por prejudicar o meio ambiente por outro permitem a geração de emprego e renda para diversas famílias, além da Marmoraria.

Existem outras fábricas como guarda roupas localizada na OP IX bem próxima da Marmoraria. As hortas que compõem naturalmente a paisagem do bairro são encontradas em pequeno número nesta área destoando do restante do bairro que apresenta um grande número de hortas, outra característica desta área são famílias que trabalham no centro e retornam para o bairro no fim do dia, foi observado ainda que entre as 3 áreas analisadas esta é a que apresenta a pior situação em relação a infraestrutura como ruas pavimentadas, saneamento e água encanada.

O bairro convive, também, com um ferro velho mantido em um terreno particular. O dono não foi encontrado nas visitas de campo (Figura 18).

Figura 18- Ferro velho na rua OP IX



Fotografia: Hugo Arraes Alves Rocha, (2017)

A área 01, é marcada por essa diversidade de atividade, se de um lado existe um ferro velho, de outro observa-se um campo de futebol, (figura 19), destinado ao aluguel temporário para a prática esportiva, se caracterizando em um espaço de lazer para a população.

Figura 19 - Campo de futebol para aluguel, na rua OP. V



Fotografia: Hugo Arraes Alves Rocha, (2017)

Tendo a Rua Eugênio Brigia Monteiro como divisa, o mapeamento teve continuidade agora na Área 02, nas ruas que cortam a General Bento Gonçalves que ruas Anésio Carlos Amorim, Elias Eli Veloso Filho e a Avenida José Felix Corrêa. Esse setor do Bairro é composto, predominantemente, de chácaras e hortas particulares mantidas durante todo ano e com sua produção voltada para o mercado regional.

Com exceção da Avenida José Félix Corrêa que é asfaltada, todas as outras enfrentam dificuldades extremas no período do inverno quando as ruas ficam alagadas prejudicando a circulação de pessoas e mercadorias. Os serviços básicos como posto de saúde, escolas entre outros, são inexistentes. As hortas apresentam as mesmas características de produtivas que as anteriormente mostradas. Essas hortas estão presentes, assim como acontece em quase todo o bairro, são para muitos a única fonte de renda da família (Figura 20A).

Figura 20A e 20B – hortas na OP. XIX



Fotografia: Hugo Arraes Alves Rocha, (2017)

O trabalho temporário também está presente na produção das hortas. Todos os proprietários visitados contratam mão de obra temporária, além de utilizar a mão de obra da própria família (Figura 20B). Os produtos são transportados de diversas formas para as cidades, sendo as mais frequentes, moto e carro, mas não é raro encontrar vendedores de bicicleta pelo próprio bairro.

Além de hortas, a área 2 conta com a presença de uma unidade do centro de educação profissional SENAC operário, em funcionamento na av. José Feliz Correia (figura 21). A Unidade oferece diversos cursos profissionalizantes para a população além de possuir dentro de seu limite, uma creche destinada as crianças do próprio bairro, a unidade conta ainda com uma academia de musculação se tornando assim um local diferenciado em relação ao que acontece no bairro, é cobrada uma mensalidade de 45 reais e todos os inscritos podem contar com uma assistência especializada de profissionais do próprio SENAC.

Figura 21- Unidade do SENAC na AV. Félix Correia



Fotografia: Hugo Arraes Alves Rocha, (2017)

A presença da Unidade do SENAC, é mais um exemplo de que a inserção do urbano pode levar as áreas rurais um acesso a possibilidades antes não possíveis. Neste caso são diversos cursos profissionalizantes disponíveis a população do bairro e adjacências.

O levantamento de informações teve continuidade na Área 03, na rua Estrela do Norte, que faz o limite com o bairro Raiar do Sol e o igarapé Paca. A área é composta, ainda, pela continuação da rua Elias Veloso Filho e da Av. José Felix Corrêa, além das ruas OP XVII, OP. XVIII, OP. XXIX, OP XXX, OP. XXXI e OP. XXXII. A rua Estrela do Norte é o limite geográfico entre dois bairros. Observou-se um grande contraste em relação aos aspectos das moradias que se localizam na margem da referida rua, de um lado o bairro Raiar do Sol e de outro o bairro Operário. Com características de invasões, as casas se amontoam contrastando com os espaços amplos das propriedades tradicionais do bairro Operário.

A principal avenida do bairro apresenta um fluxo intenso de veículos e pessoas e, mesmo assim, ainda não consegue implementar um subcentro comercial como no caso do vizinho Raiar do Sol. Existe uma predominância de empreendimentos fechados, como mostra a Figura 22. Segundo os moradores o mesmo está inativo há muito tempo devido principalmente a falta de movimento que contrasta com a movimentação de veículos na Avenida que acontece durante todo o dia de forma intensa. Além desse outros empreendimentos fecharam mostrando a necessidade de um olhar diferenciado sobre o bairro, pois como se sabe o comércio é um dos primeiros passos na direção de um desenvolvimento econômico como acontece com bairros vizinhos.

Figura 22- Comércio fechado na AV. Gen Bento Gonçalves



Fotografia, Hugo Arraes Alves Rocha, (2017)

A única creche do bairro se encontra fechada levando as famílias a mais um obstáculo a ser superado (Figura 23). Outros estabelecimentos encontram-se, também fechados, podendo ser um indicativo de que em algum momento ocorreu uma tentativa de incremento econômico no bairro, porém, sem sucesso (Figura 23B). Por outro lado, alguns empresários estão investindo no bairro e observamos uma empresa que está para ser ativada (Figura 24).

Figura 23A e 23B, creche e empresa fechada na AV. Bento Gonçalves



Fotografia: Hugo Arraes Alves Rocha, 2017

Na figura 29 é possível observar uma empresa em processo de funcionamento, contrastando com as figuras 27A e 27B. Apesar de ainda ser fraco em relação aos bairros vizinhos, empresários já buscam no bairro uma possibilidade de desenvolver seu negócio.

Figura 24 – empresa aberta na Av Bento Gonçalves



Fotografia: Hugo Arraes Alves Rocha, 2017

Tomando todas as informações como referência foi elaborado um quadro explicativo da região trabalhada durante as visitas a campo (Figura 25).

Figura 25: Quadro explicativo da organização socioespacial do Bairro Operário

ÁREA	CARACTERÍSTICAS
<p>ÁREA 1 Limite com a Rua Bráz Cândido de Souza, a Rua dos Trabalhadores e a Av Gen Bento Gonçalves</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Carência de infraestrutura • Presença de hortas e 2 indústrias • Arruamento mais denso • Problemas de alagamento • Terrenos cercados
<p>Área 2 Limite com a Av Bento Gonçalves, Eugênio Briglia Monteiro, Av José Félix Corrêa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Presença de uma unidade do SENAC • Terrenos cercados • Carência de infraestrutura • Presença de hortas • Chácaras particulares muradas
<p>Área 3 Limite com o Igarapé Paca, a rua Estrela do norte, a Rua OP XVIII e a Rua Anésio Carlos Amorim</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Presença de hortas • Carência de infraestrutura • Limite com loteamento urbano intenso • Terrenos de invasão • Poucas hortas • Chácaras muradas • Terrenos cercados

Elaborado: Rocha, (2017)

O Sr. João, que é morador da rua OP XX (Área 1), tem sua residência próxima a marmoraria, relata esse empreendimento não o incomoda. Vive no bairro há mais de 15

anos quando veio do Maranhão com a esposa e, por conta da idade, 70 anos, enfrenta dificuldades relacionadas ao transporte e atendimento médico, sendo um indicativo da carência em infraestrutura existente na área em que reside. Por conta desse fato, ele e a esposa precisam ir até outro bairro para conseguir acesso a determinados serviços. Mesmo assim os mesmos gostam muito do bairro e não pensam em sair. Os problemas relacionados à infraestrutura são confirmados, também, por outro entrevistado que informou dificuldades como a segurança, escola e pavimentação das ruas, porém, afirma que por maiores que sejam essas dificuldades não pretende sair do bairro. Na Área 2, a situação não é muito diferente. Segundo um entrevistado que optou pela não identificação, os seus filhos precisam se deslocar até um bairro vizinho para que possam estudar.

O estudo sobre o bairro oferece a oportunidade de observar diferentes situações que juntas transformam a área em um caso único na região. São diferentes atores e diferentes interesses que se articulam ou entram em conflito gerando, de uma forma ou de outra, transformações no espaço, no modo de vida bem como em suas potencialidades produtivas. Os elementos urbanos presentes se constituem em verdadeiros avanços na qualidade de vida da comunidade. Não só do ponto de vista produtivo, mas também relacionada ao lazer e ao descanso.

Mesmo que ainda insuficientes, esses elementos fazem a diferença mostrando que hoje, mais do que nunca o rural e o urbano se complementam em uma dinâmica que está longe de ter um fim. A cada momento da história, novos elementos são inseridos, dando base para o surgimento de novas configurações socioespaciais. Entender o processo de mudança através dos olhos de quem vive a mudança talvez seja o maior desafio desta pesquisa.

4 - DINÂMICA SOCIOESPACIAL NO BAIRRO OPERÁRIO: RELAÇÕES, CONTRADIÇÕES ATUAIS ENTRE O RURAL E O URBANO

Segundo Vale (2005), com o desenvolvimento do sistema capitalista de produção a terra em praticamente todo o mundo, passou a ser vista e transformada em mercadoria, adquirindo muitas vezes uma função de lucro com a sua valorização e uso do solo. Desse modo, os sistemas produtivos tradicionais perderam valor e espaço, assim como a população de diversas regiões agrícolas que, por falta de condições, acabaram migrando para os centros urbanos próximos. Essa máxima prevaleceu durante várias décadas transformando a configuração dos espaços rurais e urbanos de diversos países, entre eles o Brasil. Quando pensamos no crescimento urbano brasileiro e mundial, logo constatamos que o mesmo alcançou níveis elevados, levando as cidades a expandirem seus limites físicos sobre o espaço rural, o qual possui identidade própria, modo de vida e organização econômica distintos do espaço urbano.

Ao mesmo tempo que cresciam as cidades e sua influência sobre o meio rural, evoluíam, também, as técnicas e tecnologias que, por sua vez, se tornaram fator de diferenciação produtiva para aqueles que dispunham de meios suficientes para desenvolver ou comprar tais inovações. Nessa relação o campo perdeu população e espaço para as cidades, influenciando no surgimento de uma nova dinâmica socioespacial caracterizada pelo êxodo rural e consequente inchaço urbano.

Mas existe, também inerente a esse processo, um movimento de revalorização das áreas rurais, seja no sentido de lazer, apenas, ou relacionados a uma atividade econômica; a zona rural passa a ser vista de uma nova maneira.

Assim sendo, por mais que essas tecnologias sejam uma das características do crescimento urbano no mundo e consequente redução dos empregos nas áreas rurais, a mesma propiciou uma revalorização do campo que passa a ser visto não mais como o espaço do atraso e decadência produtiva, mas como local de oportunidades, tanto para os moradores nativos, como para empresários que visam nestes espaços, agora novamente valorizados, uma possibilidade de redução nos custos de produção por exemplo, uma vez que aproveitam as facilidades ofertadas como terrenos baratos, energia, água encanada, estradas pavimentadas, imposto reduzido sobre a propriedade, entre outros, que passam a ser elementos de uma nova configuração das áreas rurais.

O processo de revalorização irá acontecer de forma diferenciada em cada espaço e dependerá de diversos fatores físicos locais, tais como clima, relevo, hidrografia,

solos, além de fatores socioeconômicos (política, sistema econômico). Algumas dessas atividades, hoje são consideradas como atividades não rurais por estudiosos da área que informam:

No período pós-1960, observou-se um crescente engajamento da população rural em atividades não-agrícolas desenvolvidas no campo ou nas cidades, na grande maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Com isso, as ocupações não-agrícolas (Orna) passaram a ter um peso cada vez maior na renda dos residentes e das famílias rurais (BALSADI, 2001, p. 14).

Vários fatores estão associados a esse processo, como explica BASALDI (2001, p. 15),

Essa tendência ocorreu, e continua ocorrendo, como consequência da modernização e mecanização das principais operações de cultivo das grandes culturas e também pela redução da área cultivada, motivada seja por crises de algumas culturas (como no Brasil e vários países em desenvolvimento, cujas políticas agrícolas estão sendo, ou já foram, desmontadas), seja por políticas específicas de controle de excedentes.

Importante destacar que a realidade presente em países como os Estados Unidos da América, foi bastante diferente da formação agrícola brasileira, marcada pela formação de grandes latifúndios e consequente disparidade econômica entre grandes e pequenos produtores. Portanto, o processo inicial de atividades não agrícolas no Brasil vai ser condicionado, muitas vezes, por dificuldades econômicas que levam o produtor a buscar novas fontes de renda.

Essas atividades desenvolvidas nas áreas rurais convidam a uma nova visão das áreas rurais. No Brasil o conjunto de atividades não agrícolas vem sendo chamado de novo rural e, segundo Graziano da Silva (1999), o fundamental é que as pessoas ocupadas em atividades agrícolas e residentes no meio rural têm hoje uma alternativa, que parece se desenhar como cada vez mais importante a partir dos anos 1980, para aumentarem sua renda sem terem de se mudar para a cidade.

A introdução dessas atividades não agrícolas no Brasil, teve início nas regiões Sul e Sudeste, mas já podem ser encontradas em outras regiões em maior ou menor proporção. O certo é que as áreas rurais não podem mais serem vistas como o local daquilo que representa um retrocesso econômico associado a uma baixa qualidade de vida. Nesse sentido,

Já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário. E mais: o comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Há um conjunto de atividades não-agrícolas - tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das 24 atividades econômicas), o comércio e a indústria - que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro. (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 25).

O fato é que se as áreas rurais brasileiras estão em processo de transformação, mas existem áreas onde permanece a forma tradicional de vida baseada apenas na atividade agrícola, mesmo que essa não consiga mais ofertar um sustento adequado à família. Portanto, como dito anteriormente, nem todos os espaços e pessoas irão obter êxito com essas atividades não rurais. Se as mesmas significam uma revalorização das áreas rurais, ao mesmo tempo podem se transformar em fator de expulsão populacional, gerar problemas ambientais, além de ao longo do tempo, significarem uma alteração do próprio modo de vida de determinada localidade.

Essas contradições são apenas uma parte da complexidade existente na relação rural-urbano, marcada por uma dinâmica que se constrói ao longo de décadas de organização espacial. Segundo Bagli (2006), para entender a contradição presente entre os espaços rurais e urbanos é necessário um olhar que vá além do processo de mudança visível e facilmente identificado, pois, para além dos olhos, existem transformações escondidas que permanecem acontecendo.

Destarte, não basta entender a mudança em si, mais o que ela trás para aquilo que transforma ou que finge transformar. Se há uma realidade que muda, há também uma outra que, sob a lógica da mudança e no jogo de sua contradição, permanece mudando ou muda permanecendo (BAGLI, 2006, p. 81).

Assim, por mais que o espaço do rural se modifique, mostrando por vezes uma aparência bastante diferente do que era antes da chegada dos elementos urbanos, na essência, pode se manter cada vez mais vivo, costumes, tradições, um modo de vida que vai além da própria materialidade, pois nem tudo está presente nas formas e estruturas.

Quando se observa os espaços rurais e urbanos, é possível identificar ainda, uma característica comum aos dois espaços, mas que é sentida de forma totalmente diferente: o tempo. Enquanto que na cidade o dia a dia das pessoas é marcado por um ritmo acelerado controlado por relógios que dentro de um sistema produtivo impõe horários e

prazos, na maioria dos espaços rurais, por mais que o tempo continue existindo ainda, ele não é tão perceptível como nos espaços das cidades.

O tempo nesses espaços segue outro ritmo ligado a outro modelo de vida, as normas e horários ficam condicionadas a outro elemento, a natureza. No rural, as relações cotidianas são construídas sobre um tempo mais ligado a uma lógica, que se consolida por meio da intensa relação com a natureza. Hábitos e costumes seguem uma cadência diferenciada, na qual as transformações estão atreladas às possibilidades apresentadas pela natureza, O tempo é movimento, mas um movimento nem tão perceptível aparentemente.

Importante ressaltar que isso não significa dizer que não existam horários e prazos a serem cumpridos nos espaços rurais, prova disso são os investimentos capitalistas que envolvem o uso de tecnologias para auxiliar em uma produção agrícola diferenciada. Mesmo assim toda essa tecnologia não foi capaz ainda de se libertar dos ciclos naturais e das condições essenciais no desenvolvimento de várias culturas agrícolas.

4.1. RELAÇÕES ENTRE O RURAL E O URBANO EM ÁREAS PERIFÉRICAS DAS CIDADES (RURBANO)

Analisando a história da humanidade é possível observar, que uma das principais características marcantes pode ser vista no intenso processo de urbanização. Mesmo tendo início há mais de 5000 mil anos, jamais a humanidade havia presenciado uma intensidade de crescimento urbana tão elevada quanto a atual. Tais mudanças acabam por gerar novas situações que envolvem modos de habitar e de viver. No Brasil, essas transformações não foram uniformes gerando núcleos urbanos que se diferenciam, ainda hoje, em tamanho e poder econômico.

Por outro lado, as áreas rurais que haviam sido marginalizadas frente ao desenvolvimento urbano, adquiriram novas funções, passando a atrair pessoas e investimentos. Além da conhecida definição entre espaço rural e urbano no Brasil, outras situações levam a construção de novos conceitos marcados por espaços que representam uma fusão entre esses dois mundos, contém elementos urbanos e rurais se constituindo em um espaço diferente, chamado de rurano.

É justamente nessa realidade que se pode analisar o bairro Operário, localizado no município de Boa Vista em Roraima, um espaço criado em 1992, com o objetivo de desenvolver a agricultura urbana familiar. O Operário possui, hoje, uma realidade marcada por uma dinâmica socioespacial que congrega atividades rurais e não rurais no mesmo espaço, transformando-o em um lugar diferenciado, quanto ao tamanho, modo de vida e de produção.

Os elementos urbanos que estão presentes já foram capazes de alterar a qualidade de vida da população e estão integrados não apenas ao sistema produtivo, como, também, a vida diária das pessoas. O bairro vem mudando ao longo dos anos, estando, atualmente, em uma condição bastante complexa, pois apesar de se constituir em um espaço fundamental no sentido da produção familiar agrícola urbana, está dentro do perímetro urbano do município e, portanto, sujeito a mudanças que possam favorecer a organização da cidade, ou seja, se o bairro representa uma importância fundamental do ponto de vista do abastecimento de produtos agrícolas para a cidade, também se torna um espaço de investimento para indústrias que já podem ser vistas ali, bem como para diversos investidores que passam a vislumbrar uma possibilidade econômica

É possível afirmar que a sociedade mundial habita hoje, em sua maioria, os espaços urbanos das diferentes cidades do mundo. Sua distribuição se dá de maneira irregular obedecendo a padrões locais que por vezes limita e por outro se torna fator de crescimento e expansão urbana. Nesse processo a relação entre o urbano e o rural se intensifica originando espaços que contém representações dos dois mundos, o rural e o urbano. As consequências desse processo são áreas onde é difícil definir o que é realmente rural e o que é realmente urbano; cada cidade de acordo com suas características irá influenciar e modificar o espaço em seu entorno e será diretamente influenciada por ela.

Assim sendo, por exemplo, ao se modernizar, a produção agrícola passa a necessitar de menos mão de obra, o que gera desemprego e fuga para as cidades, que por sua vez terá um aumento populacional que poderá interferir na organização interna da própria cidade. Ressalta-se que esse é apenas uma das variáveis que definem a relação, longe de ser homogêneo esse processo trará diferente consequência para os dois espaços, de acordo com o momento histórico e as formas de organização social.

Entre os espaços rurais e urbanos observa-se que as fronteiras esmaecem, seus contornos, outrora nítidos, borram-se, tornam-se imprecisos; dilatam-se e

esfacelam-se em inúmeras situações intermediárias. Frente a este fenômeno, cuja manifestação tornou-se passível de reconhecimento, sobretudo, nas últimas décadas do século XX, o antagonismo entre as noções de ruralidade e urbanidade definidas pela sociologia americana no início do século XX como categorias socioculturais antitéticas e relativas a espaços distintos – parece inapropriado (SOUZA,2009, p. 181).

Bagli (2006), coloca que ao concentrar pessoas e funções, a cidade permite a expansão e surgimento de novos bairros. Durante esse processo alguns espaços de características rurais acabam sendo anexados ao perímetro urbano; esses espaços por sua vez, podem se incorporar a dinâmica produtiva urbana ou podem manter uma dinâmica rural. Assim, —numa linguagem figurada, pode-se dizer que o urbano engole os espaços rurais. Todavia, a digestão de tais espaços nem sempre se consuma (BAGLI,2006, p. 99).

Trazendo para o campo de estudo, seria como analisar a população do bairro Operário, do ponto de vista produtivo. Apesar de estar inserido no perímetro urbano da cidade de Boa Vista, o mesmo mantém sua característica principal de produtor agrícola. Ou seja, mesmo sendo parte do urbano, ainda pode ser considerado rural pois a maior parte de suas características está ligada a esse modo de vida.

Independente das diferentes noções sobre o tema, consideramos este estudo baseado na definição de Freyre (1982), que entende o rurbano como a conjugação entre os modos de vida rural e urbano. Entre os fatores que permitiram essa interligação está o processo de globalização que encurtou a distância entre esses dois espaços, através da industrialização passa a ofertar produtos e conhecimento que estarão agora acessíveis tanto nas zonas urbanas quanto nas zonas rurais de um determinado município.

Durante esse processo a globalização, ao contrário do que muitos previam, não significa o surgimento e perpetuação de uma sociedade homogênea, muito pelo contrário, a expansão da globalização significou para muitos, a possibilidade de serem —vistos. Muitas comunidades que tinham seu grito abafado pela ausência de mecanismos de difusão, hoje se valem dos mesmos para se mostrar ao mundo, evidenciando que o progresso tecnológico ao alcançar áreas remotas não irá significar a imediata eliminação dos costumes e características locais, pelo contrário, os exemplos mostram que uma comunidade organizada, irá utilizar esses recursos para fortalecer os princípios que mantém seu modo de vida.

Visto dessa forma, o processo e globalização, não pode ser visto como juiz e carrasco do modo de vida rural, como se por si só fosse capaz disso. As tradições de um

local vão além da aparência, sua força de continuidade está assentada na essência, no sentimento de pertencimento.

Em Roraima é possível perceber essa situação relacionada aos grupos indígenas, são várias comunidades espalhadas pelo estado com maior ou menor proximidade com a cidade de Boa Vista, além de várias outras áreas urbanas que compõem o Estado, muitos desses indígenas podem resolver morar na cidade, sem que para isso tenham que deixar de ser índio, até porque ser pertencente a uma cultura hoje, independe do local de morada.

A força desse pertencimento está na essência como já foi dito e não na aparência apenas. Quando se pensa a nível local, no caso do bairro Operário, é possível notar que em muitas situações, essa condição é mantida independentemente do local onde se estuda ou trabalha, por exemplo. Os moradores que tem seu negócio na cidade mas que não abandonam a vida no bairro participando ativamente de organizações a associações criadas, além de participar de eventos culturais do bairro e o fato de estarem próximos dentro da cidade e usufruindo de seus elementos não modificará sua situação enquanto pertencente de um modo de vida rural.

Outro exemplo nessa discussão passa pela questão da tecnologia. O telefone, a tv a cabo, a internet são elementos urbanos que na maioria das vezes trazem muitos benefícios para as pessoas das áreas rurais, principalmente aquelas afastadas das zonas urbanas, o contato com tais avanços não irá significar a derrocada de um modo de vida já concretizado ao longo de décadas

As contradições pensadas durante esta pesquisa já evidenciaram as contradições presentes na relação rural urbano, sendo a definição de classificação e ou definição do seja rural ou urbano por vezes contraditória, de acordo com a própria Constituição Federal. No Brasil uma área para ser considerada urbana deverá possuir pelo menos dois tipos de infraestrutura básica. Entre elas saneamento e acesso à água. Pensando sobre esse ponto de vista, Bagli (2006), coloca que as zonas rurais para serem classificadas assim terão que ser destituídas de todo e qualquer tipo de tecnologia criada nas cidades. A esse respeito Bagli (2006, p. 95) conclui que —isso significaria dizer, que a condição de ruralidade seria dada pela ausência total de tecnologias e pela rusticidade

Mais uma vez aparência e essência servem como ferramenta na compreensão dos processos analisados, observar apenas a aparência é tentar simplificar uma relação

que é dinâmica e complexa e —e o urbano é tudo aquilo que possui infraestrutura, aquilo que não possui deixa de sê-lo (BAGLI, 2006, p. 97).

Vendo dessa forma, percebe-se que as definições devem ir além da aparência, buscando perceber cada realidade. No caso do bairro Operário, a ligação com a cidade se dá predominantemente através da produção agrícola, mas já é possível perceber outras atividades que são desenvolvidas e que servem de parâmetro para se entender a atual realidade estudada. A interligação entre os dois espaços hoje, o rural e o urbano, se misturam e adquirem nova roupagem, se o urbano pode ser visto no campo, o rural está presente na cidade, seja na forma de produtos ou cultura, ambos espaços se modificam com a presença desses elementos.

A expansão territorial urbana se intensifica a partir do século XX, dificultando a percepção sobre os limites entre o campo e a cidade, o rural e o urbano, ao alterar a morfologia rural, por meio da introdução de elementos urbanos. Cria-se, assim, uma área de transição entre o campo e a cidade marcada por uma mistura de dois mundos, alguns estudos classificam como sendo área periurbana, outros como espaço rurano.

O fato é que essas áreas representam um meio termo entre mundos diferentes e se faz importante estudá-los de acordo com a realidade brasileira. Os processos de periurbanização e rururbanização ou rurbanização são equivalentes, a despeito do uso da terminologia variar de país para país e de autor para autor.

O espaço periurbano também pode ser definido quantitativamente, como é o caso da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que propõe um método de delimitação da área periurbana, considerada por ela —como a periferia de uma aglomeração urbana, onde a presença e a expansão da cidade influem diretamente sobre as atividades econômicas e sociais ali localizadas (IAQUINTA; DRESCHER, 2002, p.11).

Com base em critérios exclusivamente estatísticos. Entretanto, o referido órgão ressalta que, apesar de reter características da área rural, a área periurbana está constantemente sujeita a grandes modificações, sobretudo mudanças na configuração física, nas atividades econômicas, nas relações sociais e assim por diante. Na verdade as formas confundem-se tornando difícil perceber os limites, porque, acima de tudo, as relações tornam-se complexas.

Atualmente, é possível observar que o surgimento de uma área ou reconhecimento da mesma acontece, principalmente, devido à lógica capitalista de utilização e valorização dos espaços, fato evidenciado nos projetos de construção de

loteamento na periferia das cidades. Nesse sentido, —no caso brasileiro, como em alguns outros países, parte dessa expansão territorial acompanhada de incorporação imobiliária resultante das iniciativas do poder público em construir conjuntos habitacionais nas periferias urbanas‖ (SPOSITO, 2006, p. 122).

Foi a partir de 1960, com a constituição do Sistema Financeiro Habitacional que os programas habitacionais tiveram condições de expandir, anexando áreas periféricas ao tecido urbano, além de significar ao longo do tempo, uma inserção dos elementos urbanos em uma área antes predominantemente rural. Essa ocupação do solo, nas áreas periféricas da cidade, deixa de ser parte de uma iniciativa desarticulada, para surgir como projetos empresariais que buscam, através de ações planejadas envolvendo diversos profissionais que por sua vez definem como a área será ocupada, com suas ruas, praças, casas, tornando-se, nesse sentido, —duas cidades: a que já está loteada, edificada e onde se vive e aquela que está potencialmente pronta para ser loteada por compor a faixa de terra que se estende dos arrabaldes da cidade até a linha que, por força de lei municipal, é o perímetro urbano da cidade‖ (SPOSITO, 2006, p. 124).

O espaço é apropriado pela cidade, mas isso não significa um imediato desenvolvimento das atividades urbanas. A tendência é que de início aconteça a inserção dessas áreas ao tecido urbano, logo após, essas áreas passam por uma especulação imobiliária que com o tempo, atenderá a uma lógica exclusivamente capitalista. Enquanto isso não acontece é possível afirmar que este espaço não é mais totalmente rural, mas também, não é cidade ainda. Existem, ainda, outros fatores e elementos que ao surgirem modificaram a lógica espacial até então estabelecida, marcada por uma clara definição dos espaços rurais e urbanos de uma determinada localidade.

A criação dos meios de locomoção desenvolvidos ao longo da história da humanidade permitiu uma rápida mobilidade entre os espaços, acabando com a obrigação de proximidade entre os empreendimentos urbanos e a cidade, local de seu nascimento e origem. Para Sposito (2007, p. 127), —essa maior mobilidade altera a tradicional separação entre os papéis urbanos e rurais e entre os conteúdos sociais e culturais do espaço da cidade e do campo, ampliando a sensação de indefinição, superposição e amálgama entre eles‖.

Segundo Santos (2006), Gilberto Freyre importou o termo *rurban* aportuguesando para *rurbano* e usando-o pela primeira vez na obra —Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios‖ de 1945. Ao utilizá-la, no entanto, Freyre

confere a esta noção uma acepção distinta daqueles, entendendo este modo de vida misto como uma categoria autônoma (SOUZA, 2009). Assim,

Venho, no Brasil, procurando desenvolver [a noção de rurano] para caracterizar situação mista, dinâmica e, repito, conjugal, fecundamente conjugal: terceira situação desenvolvida pela conjugação de valores das duas situações originais e às vezes contrárias ou desarmônicas, quando puras (FREYRE, 1982, p. 82-3).

O rurano pode ser pensado, então, como um espaço que contém elementos e características de dois mundos, o rural e o urbano, e que apresenta atividades econômicas ligadas de um lado pelas indústrias e loteamentos, por exemplo, e por outro pelas comunidades que se mantêm agrícolas do ponto de vista produtivo, como é o caso do Bairro Operário no município de Boa Vista em Roraima, objeto deste estudo. Assim, —a caracterização de uma paisagem como rurana exige, no mínimo, o reconhecimento nesta de características tanto urbanas quanto rurais (SOUZA, 2009, p. 183).

Um dos projetos desenvolvidos no Brasil que contribuiu de certa forma para um novo olhar sobre as áreas rurais brasileiras, foi o Projeto Rurano, que começou em 1997, com o objetivo de reconstruir séries históricas a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Constataram, por exemplo, que na —década de 1990 a população rural cresceu a uma média de 0,5% ao ano e que três em cada dez pessoas ocupadas estavam vinculadas a atividades não agrícolas. Dez anos antes, essa proporção era de dois para dez (IZIQUIE, 2012, p. 204).

A pesquisa mostrou ainda que, entre as 7,7 milhões de famílias residentes em áreas rurais, boa parte delas exercia pluriatividade, ou seja, combinava o trabalho no campo com atividades não agrícolas, por meio da qual auferiam, invariavelmente, renda substancialmente maior. Metade dessas famílias trabalhava por conta própria, sendo que 538 mil já exerciam exclusivamente atividades não agrícolas. O estudo constatou, ainda, que a mulher passou a exercer um papel fundamental nessa nova família pluriativa, contribuindo em todo o processo produtivo desenvolvido nas áreas rurais, principalmente da região sudeste do Brasil. (revistapesquisa.fapesp,2012)

É fato que o campo brasileiro passa por mudanças de ordem econômica, social e cultural com a inserção cada vez maior de elementos, ritmos e objetivos urbanos; o capitalismo característico da atual sociedade impõe, muitas vezes, a necessidade de expansão da malha urbana que se concretiza através de atividades econômicas que

modificam os espaços considerados rurais. Mas, também, percebe-se que muitas dessas atividades vão significar a permanência do homem no campo. Então, se por um lado a inserção de elementos urbanos significa a transformação social, cultural e econômica da comunidade, por outro significa uma possibilidade de sustentabilidade econômica e de possibilidades maiores de melhoria das condições de vida.

As políticas públicas desenvolvidas nos estados e municípios brasileiros devem se adequar a cada realidade. Espaços urbanos e rurais devem, assim, ser pensados como espaços que se complementam. Como os limites entre esses espaços se torna cada vez menos nítido, se faz necessário uma continuidade de estudos que procurem contribuir na compreensão dessa nova dinâmica presente na relação entre o rural e o urbano no Brasil e no Mundo.

Entende-se, portanto, que é necessária uma reflexão cada vez mais cuidadosa sobre as relações que fazem parte dos espaços rurais e urbanos de um dado município, até por que esse processo ocorre de forma diferenciada em cada espaço, sendo as particularidades o essencial no entendimento da realidade estudada. Superar a tradicional conceituação existente entre o tema campo-cidade, rural, urbano, é reconhecer a necessidade de uma renovação que, por sua vez, irá apresentar esses espaços não como opostos e sim como dependentes, interligados. Apesar do debate constante sobre o tema, fica cada vez mais clara a noção de que a cidade contém o rural, assim como está contida nele.

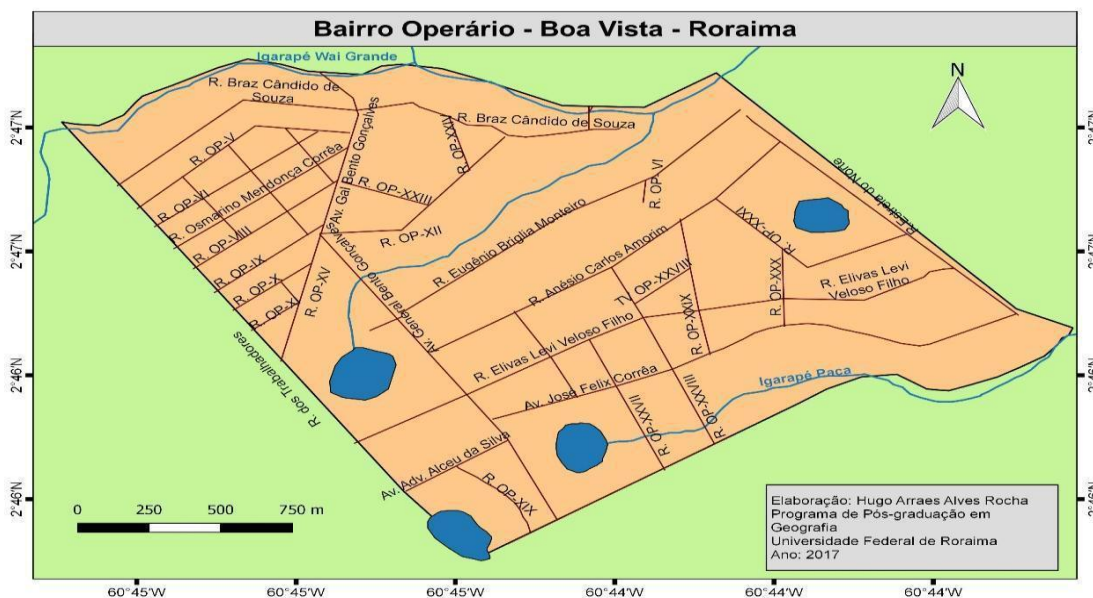
4.2. O BAIRRO OPERÁRIO ATUAL

O bairro Operário, congrega em seu espaço uma mistura não só de elementos rurais e urbanos, existe uma população e um conjunto de ecossistemas envolvidos na relação bairro-cidade; são vários aspectos que devem ser levados em consideração ao analisar um espaço como este. A relação entre as áreas rurais e urbanas foi marcada durante muito tempo por uma oposição que caracterizava a cidade como o novo e o campo como o velho ou atrasado, com o desenvolvimento tecnocientífico e informacional e com a expansão das cidades e de seus problemas, as áreas rurais passam a adquirir uma nova abordagem. Torna-se o lugar da produção mas, também, do lazer, da fuga do dia a dia.

Novas atividades passam a se desenvolver nos campos caracterizando uma nova forma de capitalizar recursos além da prática agrícola. Novos espaços também são anexados ao espaço urbano mesmo que sejam predominantemente rurais, assim, ficando cada vez mais difícil delimitar os dois espaços e dentro desse contexto, a relação rural – urbano se torna o ponto chave para o entendimento das mudanças que estão ocorrendo.

O espaço do bairro Operário é caracterizado por uma organização entre ruas avenidas e igarapés que se misturam a residências e atividades agrícolas. O espaço é delimitado segundo a figura 26, pela Rua dos Trabalhadores a oeste, pela Rua Estrela do Norte a leste, ao norte pelo Igarapé Wai Grande e ao sul pelo Igarapé Paca.

Figura 26: Bairro Operário, mapa das ruas do bairro, mostrando ainda os dois igarapés que cortam o mesmo



Elaborado: ROCHA, (2017).

O espaço onde hoje é o bairro Operário já era parte da área urbana do município, só que mantinha aspectos naturais preservados, ao fixar famílias em lotes de 5000m², com a finalidade de desenvolver a atividade agrícola. O espaço que antes era urbano se transforma, adquirindo uma outra perspectiva, a de famílias que irão desenvolver a agricultura urbana familiar e a área estará, ainda, dentro do perímetro urbano, mas ao longo dos anos adquiriu aspectos característicos de uma área rural. O modo de produção, a cultura, os laços sentimentais com o lugar criam o sentimento de pertencimento, que pode se fortalecer ao longo das gerações.

O bairro Operário está classificado segundo o estado e o município como um bairro urbano pelo fato de estar localizado dentro do perímetro urbano da cidade, mas é, segundo o ITERAIMA, um bairro rural, pois paga uma energia rural, além de ITR, sem falar do tamanho dos terrenos que não se adéquam ao que foi definido pelo município. Desse ponto de vista é interessante observar que estar geograficamente inserido no perímetro urbano da cidade, não significa dizer que os moradores terão direito à cidade, na forma de serviços e infraestrutura, a falta de acesso a serviços básicos como postos de saúde, escolas, transporte, posto policial entre outros, acabam privando a população de uma melhor qualidade de vida.

O bairro Operário, se encontra no limiar entre as áreas urbanizadas ao seu redor, loteadas e ocupadas de forma intensiva e aquilo que permanece sem estar modificado. O tamanho do terreno, o modo de produção, os hábitos e costumes que permanecem como aspectos rurais, criando uma atmosfera rural. A produção é predominantemente familiar com destino à cidade; a região onde o bairro está localizado conta, ainda, com alguns comércios e fábricas que já visualizam no espaço uma possibilidade além do espaço valorizado próximo ao centro da cidade.

Algumas famílias desfavorecidas economicamente podem vir a vender seus lotes e migrar para bairros mais centrais, outras podem se valer justamente dos elementos urbanos inseridos e dinamizar sua produção e mesmo os mais antigos, que se recusam a vender seus lotes, também se beneficiam com a valorização que aumenta a cada novo elemento urbano inserido.

Por outro lado, o desenvolvimento do bairro se constitui em uma forma de preservação do que ele é hoje. Por mais que se valorize, cabe a cada família decidir o que fazer com seu lote de terra. O que se torna importante é pensar em como promover políticas públicas que possam atender as diferentes necessidades presentes no Bairro.

Do ponto de vista produtivo, é hoje o grande fornecedor de folhagens (hortaliças) para a cidade, segundo a associação de produtores cerca de 80% das hortaliças comercializadas na cidade são produzidas no bairro.

Figura 27- Feira na AV. Ataíde Teive



Fonte: Folha Web, Em 22/07/2017 às 00:11

Pensando dentro dessa perspectiva produtiva, o fato de acontecer um movimento no sentido de transformar a organização espacial com os loteamentos, poderá acabar ou reduzir drasticamente essa produção, o que ocasionará a elevação dos preços desses produtos atingindo principalmente aqueles que são menos favorecidos economicamente. Este fato por si só já seria suficiente para transformar o bairro em uma área de atenção especial por parte do município e até mesmo do estado.

Um cuidado especial deve ser tomado para que não ocorra um retrocesso em relação ao que vem sendo pensado enquanto desenvolvimento sustentável no Brasil, que orienta um processo de manutenção da produtividade agrícola, o incentivo de retorno aos campos e o fortalecimento da agricultura familiar. No caso específico de Boa Vista, ser contrário a isso é ir de encontro ao próprio Plano Diretor e a lei complementar nº 924, de 28 de novembro de 2006:

Da finalidade e abrangência do plano diretor estratégico e participativo:

Art. 1º – O Plano Diretor Estratégico e participativo é um dos instrumentos da política de desenvolvimento municipal determinante para a ação dos agentes públicos e privados que atuam no Município de Boa Vista.

Parágrafo único: O Plano Diretor Estratégico e Participativo foi elaborado de acordo com a legislação federal referente à matéria, em especial a Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade.

Do objetivo geral e das estratégias do desenvolvimento municipal

Art. 3º – Este Plano Diretor Estratégico e Participativo tem como objetivo geral a promoção do ordenamento territorial e o desenvolvimento social e econômico sustentável do Município de Boa Vista, a partir do reconhecimento de suas potencialidades e de seus condicionantes ambientais e ainda:

III – incentivar a complementaridade da produção agrícola municipal e intermunicipal e fortalecer as comunicações rodoviárias, aéreas e de telecomunicações inter-regionais.

Da promoção do desenvolvimento econômico sustentável

Art 5º – São diretrizes voltadas para a estratégia de desenvolvimento econômico sustentável:

V – apoiar o desenvolvimento agrícola, por intermédio do incentivo à produção municipal, em especial à agricultura familiar, reforçando as ações voltadas para o desenvolvimento tecnológico da produção de produtos nativos, viabilizando o consumo de produtos regionais nas escolas e estabelecimentos de saúde²

Se o Plano Diretor da cidade for colocado em prática, talvez o questionamento sobre o bairro ser rural ou urbano seja irrelevante, já que as pessoas terão acesso aos benefícios que a prefeitura disponibiliza para os moradores considerados urbanos. Ao deixar clara a intenção de incentivar a agricultura familiar no espaço que hoje é o Operário, o Plano Diretor reconhece a importância dessa prática agrícola para abastecimento da região; a partir daí cria-se uma contradição que marca a situação atual do bairro no que se refere a incentivar uma prática agrícola e, ao mesmo tempo, permitir uma divisão dos lotes originais.

Observou-se uma mudança no que se refere a destinação dos lotes e, ao mesmo tempo, uma valorização dos terrenos, que pode ser observada através do depoimento do Sr. João ao afirmar que —o chegar em Boa Vista, vieram (ele e a esposa) direto para o bairro Operário, adquirindo um terreno de 50 x 100 por cinco mil reais no ano de 2000, e que, recentemente, recusou uma proposta de vinte vezes mais do que pagou inicialmente. O valor dos lotes nos momentos iniciais do bairro levou outros moradores a se instalarem no local, como é o caso do entrevistado da rua OP V (Área 1), que em seu depoimento diz que mora no bairro há mais de 15 anos e veio de outro bairro da cidade, incentivado pelo preço dos terrenos, quando adquiriu um lote onde vive desde então com sua família. Na Área 2 os relatos dos entrevistados caminham na mesma direção. Para o comerciante entrevistado, as dificuldades de alguns amigos, moradores antigos, levaram a mudança da família para —a cidade, porém para ele esse fato —não é bom, pois as pessoas que chegam nem sempre vem com a intenção de morar e sim de lotear e vender os lotes.

Esse processo de valorização imobiliária já está provocando uma mudança gradual na configuração original do bairro. Os loteamentos já estão acontecendo, se tornando necessário estudos futuros no sentido de explicar ou entender as novas configurações que estão surgindo e que poderão vir a surgir (Figura 28).

Figuras 28A loteamento na Av Bento Gonçalves



Fotografia : Hugo Arraes Alves Rocha, (2017)

Além de loteamentos é possível observar ainda no bairro, uma tendência a venda de chácaras, são diversas com anúncio de vende-se nas 3 áreas estudadas.

Figura 28B Chácara a venda



Fotografia: Hugo Arraes Alves Rocha, (2017)

É possível perceber que alguns já optam por lotear seus terrenos, buscando um maior lucro, enquanto outros preferem vender a propriedade no tamanho original de 5000m². Se torna necessário um estudo aprofundado sobre essa questão para que os

objetivos e ações sejam claros e eficientes. Os elementos já mencionados como, energia elétrica rural, ITR, tamanho das propriedades, produção, cultura entre outros demonstram que, por enquanto, o mesmo está muito mais propenso a manter uma ruralidade do que adentrar em uma urbanização intensa. Ressalta-se, no entanto, a importância hoje no Operário dos elementos urbanos que, inseridos gradualmente, passaram a fazer parte do cotidiano das famílias, trazendo um maior conforto e segurança. Esses elementos urbanos possibilitam um fortalecimento do plano inicial de ocupação.

Um exemplo disso é a associação dos produtores agrícolas que, através de um site, consegue apresentar seu espaço, sua produção e sua cultura. Essa união entre tecnologia e comunidades é um fator essencial para a manutenção de um modo de vida baseado na produção rural, na proximidade entre os moradores, nas festas e comemorações religiosas, na forma de falar, entre outros. Essas particularidades definem a forma e a velocidade de futuras mudanças na configuração socioespacial do Operário.

Os relatos mostram que se as políticas públicas que alcançam os bairros considerados urbanos pela prefeitura, tais como: escolas, posto de saúde, transporte, chegassem até o bairro, não só a qualidade de vida dos moradores se tornaria melhor como também reduziria o fluxo de pessoas do campo para a cidade, permitindo a fixação das famílias de forma produtiva e sustentável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos diversos estudos procuraram explicar a relação entre o rural e o urbano no mundo, enquanto alguns autores defendiam a ideia de um desaparecimento das áreas rurais frente ao processo de urbanização, outros indicavam uma perspectiva marcada por uma complementaridade e revalorização das áreas rurais através de novas atividades consideradas como não rurais. Enfim, a medida em que o mundo se modernizava essa relação se tornava mais complexa. Além dessa problemática que envolve diferentes concepções sobre o tema, existem situações e processos que surgem no entorno da área urbana da cidade e que ainda hoje chamam a atenção, gerando novas reflexões e novos estudos, são espaços que mesmo estando inseridos na categoria de urbano, apresentam características produtivas e um modo de vida, típicos da zona rural. Se encontram no limiar entre aquilo que representa a cidade e o urbano e aquilo que representa o campo e o rural. A partir daí a dificuldade passa a ser em saber onde termina um e onde começa o outro. Na cidade de Boa vista e mais precisamente no bairro Operário, esse processo pode ser observado com muita propriedade. O mesmo foi criado com uma finalidade específica de desenvolver a agricultura familiar urbana para abastecimento da própria cidade. Cresceu em população se tornando não apenas o espaço de produção, como também o lugar de morada de uma população diversa em sua origem e objetivo. Com o passar dos anos, alguns elementos urbanos foram inseridos, levando a novas oportunidades produtivas, permitindo ainda, uma melhor qualidade de vida. É importante ressaltar que, mesmo tendo a presença desses elementos, os mesmo ainda não se mostram suficientes, escola, posto de saúde, creches entre outros que são fundamentais para uma comunidade, estão ausentes no bairro dificultando a vida de muitas pessoas. As mudanças continuam, agora se isso vai trazer maiores benefícios ou novos problemas, vai depender de como a população do bairro se organiza frente a essas possíveis alterações; o bairro conta hoje, com uma associação de produtores agrícolas que já desenvolve ações voltadas para uma valorização do modo de vida rural através de uma sustentabilidade produtiva, mas, ao que parece, uma política de organização social no bairro, passa pela definição do mesmo enquanto rural ou urbano, Para se tornar um bairro urbano o mesmo tem que entrar na classificação de um lote urbano com grandes diferenças na cobrança de taxas e impostos que na cidade se tornam mais caros. Durante o processo de análise da dinâmica socioespacial do bairro Operário, mostrou que o

mesmo se enquadra na categoria de rurbano, ou seja, um espaço urbano dedicado a uma agricultura familiar urbana, mas que no caso do bairro Operário, ainda guarda as características de uma área rural. O modo de vida das pessoas é diferenciado em relação ao modo de vida urbano. No bairro, predominam as atividades rurais. Ainda de acordo com as pesquisas descobrimos que o mesmo é urbano de acordo com o Plano Diretor do município, mas rural se levado em consideração o tamanho dos lotes e a predominância de atividades econômicas voltadas para a agricultura, esses dois fatores significam um obstáculo para o planejamento urbano do município.

As entrevistas mostraram que as pessoas que vivem no bairro, o consideram como o seu lugar e não pretendem sair ou vender seus lotes, pelo contrário, esperam uma melhor atenção por parte dos órgãos municipais no sentido de promover melhores condições para se produzir e viver, até porque muitos comércios, fábricas e outros pequenos negócios já fecharam as portas frente as dificuldades enfrentadas na manutenção do estabelecimento.

Portanto, longe de ser conclusivo, este estudo surge como mais uma possibilidade de reflexão sobre os desafios implementados pela expansão urbana. O bairro Operário é único em sua configuração socioespacial e seu futuro irá depender de como as políticas públicas serão implementadas, deixando de lado definições e critérios em prol das reais necessidades de quem mora no local. Talvez assim, o —direito a cidadel seja uma coisa comum tanto para os moradores rurais quanto para os moradores urbanos do município.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWAY, Ricardo. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2000.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Revista Terra Livre**. São Paulo: AGB, n.21, 2º sem. 2003, p.25-39.
- BALSADI, Otavio.Valentin. **Características do emprego rural no Estado de São Paulo nos anos 90**. Dissertação de Mestrado. Campinas, IE/Unicamp, 2000.
- BAGLI, Priscila. **Rural e urbano nos municípios de Presidente Prudente**, Presidente Prudente, 2006.
- BECKER, Bertha. **Revisão da Políticas de Ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?**. In: Revista Parcerias Estratégicas, setembro, 2001
- BUTTNER, Anna. **Aprendendo o dinamismo do mundo vivido**. In: CHRISTOFOLLETTI, Antônio. *Perspectiva da Geografia*. São Paulo, 1982.
- CARLOS, Ana. Fani. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CARLOS, Ana Fani. A. **A cidade**. 8ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008
- CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida**. São Paulo, 1998.
- CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultura e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998.
- CARNEIRO, Maria José. **Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade?** Campinas: UNICAMP, 2001.
- CARNEIRO, Maria José. **Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade?** In: Seminário sobre o novo rural, 2007.
- DINIZ, A. M. A. **Frontier evolution and mobility in volatile frontier settlements of the Brazilian Amazon**. 2002. Tese Doutorado – Arizona State University.
- FALCÃO; BURG ; COSTA, **Expansão urbana de Boa Vista,RR: Reflexos sobre os recursos hídricos**, Roraima,2015
- FREYRE, Gilberto. **Rurbanização: Que é? Recife**: Massangana,1982.

GIRARDI, Eduardo. Paulon. **O rural e o urbano: é possível uma tipologia?** Presidente Prudente: UNESP, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, Jose. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas, Instituto de Economia, Unicamp, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, Jose. **O novo rural brasileiro.** Campinas: Unicamp, 1999.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudos Geográficos do território do Rio Branco.** Rio de Janeiro: 1957

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.**
<<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 30/07/2017.

IAQUINTA, David L.; DRESCHER, Axel W. **Defining the peri-urban: rural-urban linkages and institutional,** 2002,

IZIQUIE, Cláudia. O Brasil rural não é só agrícola. In: **Especial 50 anos FAPESP – Pesquisa FAPESP**, maio 2012. Disponível em:
<<http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/08/22/o-brasil-rural-n%C3%A3o-%C3%A9-s%C3%B3-agr%C3%Adcola/>>. Acesso em: 25 jul 2017.

LEFBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFBVRE, Henri. **O direito a cidade.** São Paulo: Moraes, 1991.

LOCATEL, Celso. **Agricultura e ruralidade: uma abordagem.** Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidades: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e de Fernandópolis. 2004 (tese de doutorado)

MOREIRA; HESPANHOL, O lugar como uma construção social, São Paulo, 2007.

MARICATO, E.; ARANTES, O. e VAINER, C. **A cidade do pensamento único.** Petrópolis: Vozes, 2000.

MUMFORD, LEWIS: *The Culture of Cities*, Nova York, 1938.

PRATES, Rodolfo. Coelho. **O desmatamento desigual na Amazônia brasileira: sua evolução, suas causas e consequências sobre o bem estar.** 2008. 135p. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, USP, Piracicaba, 2008.

REDFIELD, Robert. The Folk Society. *American Journal of Sociology*, 1947.

SANTANDREU, Alain.; LOVO, I. C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras.** Belo Horizonte: FAO/MDS, 2007.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 1993. 157 p.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: USP, 2005.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.
- SEPLAN/RR – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. **Anuário Estatístico de Roraima**. Boa Vista. 2017
- SILVA, Paulo Rogério de Freitas. **Dinâmica territorial urbana em Roraima**. São Paulo, 2007 (tese de doutorado)
- SOUZA, A. H. C. et. al. Subjetividades indígenas Macuxi e Wapichana nos deslocamentos transfronteiriços para a cidade de Boa Vista, Roraima, Brasil. In: **Revista Espacios**, v. 38, n. 08, 2017, p. 18. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a17v38n08/17380818.html>>. Acesso em: 21 jul 2017.
- SOUZA, Jessé. **Criação de Boa Vista e Roraima**. Disponível em: <<http://roraimadefato.com/main/historico-de-roraima,2009>>
- STAEVIE, Pedro Marcelo. Crescimento demográfico e exclusão social nas capitais periféricas da Amazonia, 2009.
- STAEVIE, Pedro Marcelo. **Expansão urbana e exclusão social em Boa Vista – Roraima**. Oculum Ensaios. Campinas, janeiro-junho, 2011. p. 68-87.
- HESPANHOL, A. N. **Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade**. In: MARAFON et al. Rio de Janeiro, 2007,
- SOROKIN, Paulo.; ZIMMERMAN, C.C. e GALPIN, C. J. **Diferenças Fundamentais entre o mundo rural e urbano**. (1929), São Paulo: Hucitec, 1986.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade**, São Paulo, 2006.
- SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e Urbanização**. 9. ed. São Paulo, 1998.
- VALE, Ana Lia Farias. **Migração e territorialização: as dimensões territoriais dos nordestinos em Boa Vista/RR**. 2007.
- PORTELA, Valdinei Fortunado. **Agricultura familiar no centro urbano: A experiência do bairro Operário em Boa Vista, Roraima**, 2011
- VEIGA, José Eli. **Cidades Imaginárias**. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.
- VEIGA, José Eli. Et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convenio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

VEIGA, José Eli. **Nem tudo é urbano**. Ciencia Cult. vol.56 n.2, São Paulo, 2004.
Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br>>. Acesso em: 10 de out. 2005.

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. **A Produção do Espaço Urbano de Boa Vista – Roraima**. São Paulo, 2009.

WHITACKER, Arthur Magon (Orgs.) **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 111-130.

ANEXO

MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA DE CAMPO

7 ENTREVISTA	
LOCAL : BAIRRO OPERÁRIO, BOA VISTA ,RR (RUA:	
DATA:	
HORA:	
NOME:	IDADE:

1- HÁ QUANTO TEMPO MORA NO BAIRRO ?

5 ANOS 10 ANOS MAIS DE 10 ANOS

2- EM QUAL ESTADO MOROU ANTES DE VIR PARA RORAIMA? _____

3- ESTADO DE NASCIMENTO ? _____

4- HÁ QUANTO TEMPO MORA EM RORAIMA ? _____

5- PORQUE FOI MORAR NO BAIRRO ? _____

6- O LOTE FOI: COMPRADO DOAÇÃO

7- QUAL A PRINCIPAL DIFICULDADE EM MORAR NO BAIRRO ? _____

TRANSPORTE SANEAMENTO COLETA DE LIXO

PAVIMENTAÇÃO ESCOLA ENERGIA

OUTRO

OBS:

8- QUE MUDANÇAS PERCEBEU NO BAIRRO AO LONGO DOS ANOS ? _____

9- ESSAS MUDANÇAS: (ÁGUA, ENERGIA, TRANSPORTE ENTRE OUTROS) PROMOVERAM UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA PARA SUA FAMÍLIA ?

SIM NÃO

OBS

10- O QUE A FAMÍLIA PRODUZ ?

HORTAS FRUTAS

GRANJA OUTRO

OBS:

11- QUAIS AS PRINCIPAIS DIFICULDADES EM SE PRODUZIR NO OPARÁRIO

TRANSPORTE FINANCEAMENTO

IRRIGAÇÃO OUTROS

12- QUAL A RENDA DA FAMÍLIA ?

ATÉ 1000

ATÉ 2,000

ACIMA DE 2,000

OBS:

